



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**VELOCIDADE E MEMÓRIA:
O JORNALISMO EM TEMPO DE MÍDIAS DIGITAIS**

THAÍS BARCELLOS AZEVEDO DE ANDRADE

RIO DE JANEIRO

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**VELOCIDADE E MEMÓRIA:
O JORNALISMO EM TEMPO DE MÍDIAS DIGITAIS**

Monografia submetida à Banca de Graduação como
requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

THAÍS BARCELLOS AZEVEDO DE ANDRADE

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva Araujo Soares.

RIO DE JANEIRO
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Velocidade e memória: o jornalismo em tempos de mídias digitais**, elaborada por Thaís Barcellos Azevedo de Andrade.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia 17/12/2015.

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva Araújo Soares
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação. - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral
Pós-Doutor pela Université Paris-Sorbonne (Paris IV)
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profa. Dra. Gabriela de Resende Nóra Pacheco Latini
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação. - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

RIO DE JANEIRO
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

ANDRADE, Thaís Barcellos Azevedo de.

Velocidade e memória: o jornalismo em tempos de mídias digitais. Rio de Janeiro, 2015.

53 f.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares

1. Jornalismo. 2. Novas tecnologias. 3. Velocidade. 4. Memória.

I. Paiva, Raquel. (Orient.) II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. III. Jornalismo. IV. Velocidade e memória: o jornalismo em tempos de mídias digitais.

ANDRADE, Thaís Barcellos Azevedo de. **Velocidade e memória: o jornalismo em tempos de mídias digitais**. Orientadora: Raquel Paiva Araújo Soares. Monografia (Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. Rio de Janeiro, 2015.

RESUMO

Este trabalho pretende refletir sobre como a ideia de velocidade, que sempre esteve presente no jornalismo, principalmente em sua dimensão empresarial, tornou-se o principal valor desta atividade atualmente, em detrimento da qualidade e do aprofundamento das informações tratadas. No decorrer dos capítulos, e através da revisão bibliográfica de obras ligadas à área da Comunicação e das Ciências Sociais, busca-se apresentar e discutir as mudanças provocadas pelas novas tecnologias no fazer jornalístico, principalmente no que tange à aceleração das rotinas de produção e publicação de notícias. Além disso, também é fundamental para este trabalho a reflexão sobre os efeitos do jornalismo em “tempo real” para o público e para a definição dos eventos que farão parte da memória coletiva no futuro. A abordagem da questão mnemônica, em meio à temporalidade fugaz em que vivemos, também se revela essencial para o trabalho, pois visa estabelecer um paralelo com a assimilação do conteúdo jornalístico. O objetivo é comparar a questão da lembrança e esquecimento no âmbito da memória com a capacidade que o público tem de apreender as informações jornalísticas em meio ao fluxo intenso de notícias.

JORNALISMO, NOVAS TECNOLOGIAS, VELOCIDADE, MEMÓRIA.

*À memória de José de Andrade,
dono das melhores histórias que conheço.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Cláudia e Eduardo, por me darem amor e princípios, por sempre confiarem em mim e por todos os sacrifícios feitos pelo bem da minha formação. Minha gratidão eterna e minha maior referência.

Ao meu irmão, Renan, e ao resto da minha família por serem fonte infinita de amor. Obrigada por estarem sempre ao meu lado e por serem sinônimo de alegria e sossego.

A Ana Carolina, Beatriz, Felipe e Ryan, meu quinteto amado, por serem fortaleza e leveza. Por serem unidade e pluralidade. Por toda ternura, amor e confiança e por serem meus maiores professores na escola da vida. Por serem minha maior certeza.

Às minhas amigas Camila, Fernanda e Isabella por estarem sempre presentes, me dando apoio e me fazendo sorrir.

A Bárbara, Fernanda, Gabriela, Gabriel, Gustavo e Thiago, presentes que a Escola de Comunicação me deu, por fazerem a rotina mais leve e divertida, por dividirem o amor pela comunicação e as aflições da profissão e por terem se tornado meus grandes amigos.

A todos os amigos jornalistas que fiz nesta jornada acadêmica e profissional pelas experiências compartilhadas sobre jornalismo e sobre a vida.

À minha orientadora, Raquel Paiva, por acreditar neste trabalho, pela grande professora e pesquisadora que é e por todo carinho e ensinamentos desses mais de três anos de convivência. Foi uma imensa honra ser sua bolsista, monitora, orientanda e aprender muito além de Comunicação.

Aos professores Muniz Sodré e Gabriela Nóra pelo interesse em participar da minha banca e por serem grandes referências neste trabalho e na vida acadêmica. É um enorme privilégio tê-los em minha defesa.

A todos os professores da Escola de Comunicação da UFRJ que de alguma forma ajudaram na minha formação.

SUMÁRIO

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. A HIPERVALORIZAÇÃO DA VELOCIDADE NO JORNALISMO EM TEMPOS DE MÍDIA DIGITAL**
- 3. OS EFEITOS DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA MEMÓRIA SOCIAL E COLETIVA**
- 4. O JORNALISMO EM TEMPOS DE MÍDIA DIGITAL E A FALÁCIA DA INFORMAÇÃO**
- 5. CONCLUSÃO**
- 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. Introdução

A proposta deste Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo é refletir sobre como a velocidade, que sempre esteve presente na produção jornalística, tornou-se o principal valor desta atividade atualmente e destacar os prejuízos que essa imposição causa ao processo produtivo e de recepção de notícias. Mais especificamente, a hipótese que norteia esta monografia é que o fluxo intenso de notícias pode representar um desserviço do jornalismo para a sociedade, pois dá a falsa sensação ao público de que se está bem informado quando, na realidade, os assuntos são tratados, pelas exigências de tempo, de forma muito superficial. Em outras palavras, a prática de produção contínua e em tempo real isenta o jornalismo de oferecer informações de qualidade à população que, por sua vez, se acostuma a assistir à distância e passivamente o desenrolar de fatos que podem ter influência direta na sua vida.

A abordagem deste assunto se faz necessária como forma de alertar que esse novo modelo de jornalismo, centrado no imediatismo, que é praticado tanto na rede quanto, por influência, nos meios de comunicação tradicional, está se afastando dos princípios que nortearam a criação desta atividade como forma de conhecimento e de percepção do mundo. Seguindo a lógica do capital na “sociedade da informação”, a produção de notícias é realizada no mesmo ritmo das trocas financeiras e do consumo desenfreado, isto é, em tempo real. Dessa forma, muitas vezes, o jornalismo deixa seus compromissos políticos, como a defesa da democracia e dos direitos civis, políticos e sociais da população, em segundo plano.

É importante ainda se atentar para os prejuízos que esse novo modelo provoca na questão da memória coletiva. No decorrer do século XXI, o jornalismo, pelo seu poder de pautar discussões na sociedade, se estabeleceu como principal agente de enquadramento dos acontecimentos que terão importância no futuro. Com o fluxo inflacionário de notícias, contudo, há dificuldade no presente em determinar a relevância dos eventos, impossibilitando também a definição do que ficará para posteridade. Além disso, como a população consome a notícia de forma limitada, os fatos podem ser arquivados também de maneira fragmentária. Tudo isto pode comprometer as bases sobre as quais se constrói a identidade da sociedade e as fontes pelas quais se pesquisará os momentos precedentes.

Embora a questão das tecnologias digitais seja inerente à discussão proposta, cabe esclarecer que o objetivo deste trabalho não é negar os inúmeros benefícios que essas inovações digitais trouxeram para a vida em sociedade. O processo de digitalização

possibilita um maior acesso ao conhecimento e a aparelhos e produtos culturais, como livros, músicas, filmes. É fantástico também o poder da internet de conectar pessoas ao redor do mundo e de como esse meio criou novas formas de interação e de intervenção política, vide os movimentos da Primavera Árabe, no Norte da África, Occupy, com diversos pontos ao redor do mundo, ou 15M, na Espanha, e até mesmo campanhas de mobilização como #meuprimeiroassédio.

Seria impossível também deixar de pontuar os ganhos que as mídias digitais proporcionam para o jornalismo. A internet facilitou o acesso a fontes e personagens, possibilitou a interação com o público, trouxe mais equilíbrio entre os polos de emissão e recepção de informações, criou novas narrativas multimídias que inauguraram uma forma completamente nova e criativa de contar histórias, entre várias outras contribuições, que, inclusive, deveriam ser melhor aproveitadas.

O que se quer contestar propriamente e unicamente é o uso das ferramentas digitais tão somente para privilegiar, ancorado em uma temporalidade fugaz e influenciado pelo capitalismo, um fluxo voraz de notícias. E, conseqüentemente, pontuar e destrinchar os efeitos dessa orientação para a qualidade do jornalismo e para o presente e o futuro da sociedade. Deste esquema partem todos os pontos que serão discutidos no decorrer do trabalho.

Esse percurso será realizado através da revisão bibliográfica de diversos autores nacionais e estrangeiros da área de Jornalismo e Comunicação, bem como de áreas conexas. Há estudos, por exemplo, do campo das Ciências Sociais, mais especificamente da Sociologia, Filosofia, Literatura e História. Estão entre os principais autores utilizados: Muniz Sodré, Sylvia Moretzsohn, Ana Paula Goulart Ribeiro, Michael Pollak, Fausto Colombo, Andreas Huyssen e Gabriela Nóra.

Em conjunto com os postulados, formulações e análises teóricas, também serão citados alguns exemplos de notícias, assuntos e eventos abordados pela mídia recentemente ou que representam um marco para sociedade, a fim de apresentar de forma mais clara o cenário sobre o qual o trabalho discorre. Neste esforço, também serão pontuados práticas, fenômenos e produtos que fazem parte da cotidianidade atual. É fundamental, no entanto, esclarecer que essa monografia não se debruça na análise de um evento particular que tem a capacidade de sintetizar o argumento central da autora. O que esse trabalho pretende é desenvolver uma reflexão sobre o cenário atual do jornalismo em tempos de mídias

digitais, abrangendo suas novas práticas e possíveis consequências. Além de trabalhar a questão da memória nesse contexto.

Para tal, o trabalho foi dividido em três capítulos. Em um primeiro momento, será delineado o quadro vigente do jornalismo na era digital. Pretende-se apresentar um rápido panorama histórico para mostrar que a ideia de velocidade sempre esteve presente no modelo empresarial do jornalismo. No entanto, com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação - das reportagens ao vivo ao jornalismo em ambiente digital - a alusão ao tempo real torna-se cada vez mais importante para definir a qualidade de um veículo em detrimento do outro - a obsessão pelo furo é um exemplo desse cenário. A velocidade torna-se um fetiche, no sentido marxista, e o principal valor-notícia do jornalismo. (MORETZSOHN *apud* NORA, 2010). A Internet introduziu mecanismos que aprofundaram ainda mais esse contexto. Tornou-se uma particularidade do jornalismo em ambiente digital a atualização constante das notícias da página inicial de um site de notícias.

Desse modo, será abordado como a “ditadura do tempo real” prejudica a produção jornalística, já que a apuração e o próprio trabalho do jornalista ficam em segundo plano, e a torna muito dependente do conteúdo de agências de notícia. Além disso, devido à pressa, a apuração pode não ser feita da maneira correta e resultar na publicação de informações erradas. Também será destacada a prevalência da superficialidade, uma vez que, para não perder tempo, muitas matérias dos sites de notícias são feitas com informações preliminares.

No segundo capítulo, faremos uma revisão bibliográfica sobre os autores que tratam do conceito de memória. O objetivo é mostrar que o ser humano tem uma “mania arquivística” (COLOMBO, 1991, p. 17), uma obsessão por gravar todas as experiências pelas quais passa. No entanto, nossa memória tem um limite e seria impossível guardar todos os momentos vividos, é preciso esquecer para lembrar. Por isso, arquivamos na memória secundária – de longo prazo – somente lembranças selecionadas. O interessante é observar, durante esse percurso pelo estudo da memória, que, aos poucos e no decorrer da evolução das tecnologias da informação, o ser humano começou a transferir os ‘arquivos’ que guardaria na sua memória para dispositivos externos ao corpo. Esse fenômeno ocorre atualmente com os números de telefone, por exemplo. Não memorizamos mais contatos, porque sabemos que os encontraremos na agenda do celular de maneira fácil e rápida. Só é necessário “colocar as lembranças em lugares exatos, para daí, tirá-las nos momentos de

necessidade” (COLOMBO, 1991, 31).

Será abordado neste capítulo também o papel preponderante que a imprensa teve e ainda tem na seleção da memória. A partir da comunicação escrita e principalmente depois de Gutenberg, as pessoas passaram a guardar suas valiosas informações em papéis, desonerando a parte destinada a isso em seus cérebros. Com o advento dos jornais, a imprensa, em sua função de gatekeeper, passou a selecionar o que faria parte da memória coletiva nos anos posteriores. Um exemplo disso são os programas de retrospectiva que as emissoras de TV produzem a cada ano para lembrar a população dos fatos importantes daquele determinado período.

Por fim, no último capítulo, se pretende articular as ideias discutidas nas outras duas partes para mostrar que a internet e o jornalismo em tempos de mídia digital inserem mais uma novidade nesse cenário. O fluxo de notícias intenso pode superar o limite da nossa memória e, portanto, não conseguimos assimilar todas as informações que recebemos. Dessa forma, como afirma Muniz Sodré (2009), não estamos vivendo em uma sociedade da informação, mas na sociedade dos dados, dados esses não codificados. No entanto, o grande número de manchetes que temos contato durante o dia, nos dá a falsa impressão que estamos bem informados, mas, na realidade, sabemos pouco e de forma superficial de muita coisa.

Nesse contexto, é interessante observar que uma das ferramentas do jornalismo na web se chama, segundo a classificação de Bardoel e Deuze (2000), função memória. Essa função se refere ao banco de dados das páginas dos veículos de notícia na rede, nos quais ficam armazenadas as publicações antigas. Essa ferramenta intensifica o fenômeno acima citado, pois, como a sociedade tem garantia que vai encontrar os conteúdos a qualquer momento através de uma busca simples, se preocupa menos em assimilar as informações em um primeiro contato. Em suma, o último capítulo terá como objetivo debater a principal hipótese desse trabalho, isto é, o desserviço que esse jornalismo online está prestando à população, pois a faz acreditar que está bem informada, enquanto na verdade a sociedade só está acumulando dados sem extrair nenhum conhecimento real.

2. A hipervalorização da velocidade no jornalismo em tempos de mídia digital

Eu pensei que quando eu morrer

Vou acordar para o tempo

E para o tempo parar

(Rodrigo Amarante, Los Hermanos, “4”, “O Vento”).

A noção de atualidade é inerente ao jornalismo. A própria formação da palavra, que significa “analista de um dia” (RAMONET *apud* MORETZSOHN, 2000), confirma essa máxima. Como bem pontua Alberto Dines (*apud* NORA, 2010), jornalismo vem de *journalisme*, em francês, e dividindo essa palavra chegamos a *jour*, que significa dia. Se observarmos o vocábulo em espanhol *periodismo*, que vem de período, ou em alemão, *Zeitung*, derivado de *Zeit*, tempo, chegaremos à mesma conclusão. O jornalismo é uma atividade que tem como objetivo compreender e narrar o tempo atual. “Jornalistas marcam o tempo, verdadeiros ritmistas” (DINES *apud* NORA, 2010, p. 61), “um jornal é a história do seu tempo” (MORETZSOHN, 2000)¹.

A ideia de velocidade também sempre foi bem quista pelo modelo empresarial do jornalismo, a obsessão por “furar” a concorrência é um exemplo deste cenário. No entanto, hoje, com o desenvolvimento das tecnologias usadas nos veículos de comunicação, assistimos a uma aceleração desenfreada da produção jornalística. A meta é o imediatismo, o encurtamento máximo entre o fato e a notícia, quase como se fossem a mesma coisa. A alusão ao tempo real, desde as primeiras transmissões ao vivo da televisão e cada vez mais, é o fator que define, na atualidade, a qualidade de um veículo em detrimento do outro.

[...] com a transmissão direta, e em tempo real, é o instante que é preciso analisar. A instantaneidade tornou-se o ritmo normal da informação. Portanto, um jornalista deveria chamar-se um “instantaneísta” ou um “imediatista”. (RAMONET *apud* MORETZSOHN, 2000)²

Mas a internet introduziu mecanismos que aprofundaram ainda mais esse quadro. A lista de “Últimas Notícias”, que apareceu na segunda geração do uso da rede nos veículos de mídia e que fica localizada na página inicial, tornou-se uma particularidade do jornalismo em ambiente digital. Sua atualização constante, aos poucos, transformou-se de

¹ Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylviavelocidade-jornalismo-3.html#_ftn51 Acesso em: 10/09/2015

² Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylviavelocidade-jornalismo-3.html#_ftn51 Acesso em: 10/09/2015

possibilidade em obrigatoriedade. A velocidade torna-se um fetiche, no sentido marxista, e o principal valor-notícia do jornalismo. (MORETZSOHN *apud* NORA, 2010). A já conhecida motivação de furar a concorrência, sempre visando atrair um público de massa, na internet ganha outra proporção devido à velocidade de transmissão da informação.

Para entender melhor o quadro atual, é necessário que façamos uma retrospectiva da modernização no jornalismo e de como isto encurtou o tempo de produção de notícias. No Brasil, essa relação se estreitou nos anos 50. A aceleração tomava conta das redações, assim como do país, que vivia o plano de modernização de cinquenta anos em cinco do governo de Juscelino Kubitschek. Influenciada pelo modelo de jornalismo informativo dos Estados Unidos, que nasceu aos fins do século XIX, e, sobretudo, pelo mito da objetividade, que ganhou força pós Primeira Guerra Mundial, a imprensa brasileira se modernizou e adquiriu uma dimensão industrial. Ao mudar a maneira de escrever a matéria, optando pela pirâmide invertida e pelo lide, criou-se uma espécie de linha de produção, que agilizou o fazer jornalístico, além de legitimar o repórter como um intérprete neutro do real. (BARBOSA, 2007). Mas nesse momento a temporalidade jornalística ainda era regida e medida pelas 24 horas que separavam as edições do impresso.

Com ascensão da televisão como principal veículo informativo e a cobertura dos eventos ao vivo, iniciou-se a busca pela instantaneidade entre acontecimento e publicação da matéria. A presença do repórter no local em que o fato se desenrola dá a sensação de que o telespectador está acompanhando o ocorrido em tempo real, mais do que isso, sugere que jornalista e público são testemunhas oculares da história que está se desenhando. Ignacio Ramonet (*apud* MORETZSOHN, 2000)³ lembra que esse tipo de cobertura valoriza a imagem e que o foco é quase que unicamente o que ela comunica. O jornalista vira um mero coadjuvante, assim como a credibilidade das informações que são transmitidas por esse profissional. Mas só o que importa é que a informação chegue mais rapidamente ao telespectador.

Ainda recentemente, informar era, de alguma forma, fornecer não só a descrição precisa - e comprovada - de um fato, de um acontecimento, mas também um conjunto de parâmetros contextuais que permitiam ao leitor compreender seu significado profundo. [...] Sob a influência da televisão, que ocupa atualmente, na hierarquia da mídia, um lugar dominante e expande seu modelo, isso mudou. (...) Hoje em dia, informar é “mostrar a

³ Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylviavelocidade-jornalismo-3.html#_ftn51 Acesso em: 10/09/2015

história em curso, a história acontecendo”. (...) O objetivo prioritário, para o telespectador, para sua satisfação, não é mais compreender o alcance de um evento, mas simplesmente vê-lo acontecer sob seus olhos (RAMONET *apud* MORETZSOHN, 2000)⁴

Com essa novidade, os jornais impressos tiveram que se reposicionar, porque com suas edições diárias, nunca poderiam competir com os boletins de última hora da televisão. Tornaram-se então “o lugar da informação segura, confiável porque checada, contextualizada e resultante da reflexão de repórteres e editores”. (MORETZSOHN, 2000)⁵. Mas a internet intensificou a busca pelo instantâneo, assim como todos os problemas decorrentes dessa nova temporalidade fugaz. Os jornais, que de certa forma estavam protegidos desse culto ao imediatismo, agora também são reféns, já que todos os veículos de mídia mantêm páginas na rede, o que significa que também estão à mercê da atualização contínua do conteúdo. Aliás, não é só a imprensa que comunica na rede. Com a popularização do acesso à internet, e, principalmente, com os smartphones, as pessoas começaram a se manifestar por blogs ou redes sociais. Frequentemente, a sociedade reporta, em seus perfis, inclusive com conteúdo multimídia – fotos, áudios, vídeos – alguma situação da qual foi testemunha ou soube por terceiros. O crescimento dos blogs e redes sociais diminuiu as fronteiras entre fontes, jornalistas e leitores, possibilitou que o público também pudesse participar mais ativamente no processo jornalístico.

Esse novo cenário impôs o questionamento sobre a relevância do jornalista e do jornal na sociedade, já que a internet prometia, assim como o rádio na década de 20, “fazer de cada indivíduo um comunicador” (MORETZSOHN, 2000)⁶. Mas como bem disse a jornalista e escritora Ana Arruda Callado em uma edição do programa *Observatório da Imprensa*, “tirar uma foto de uma coisa que está acontecendo não é dar notícia, é tirar uma foto”⁷. Além de o jornalista ser um observador atento da rotina e, por isso, das mudanças que acontecem na sociedade, esse profissional ainda cumpre a importante missão de mediar a relação entre o mundo cada vez mais complexo e a população. Mesmo com as facilidades inauguradas pela técnica, que faz com que todos – ou pelo menos aqueles que

⁴ Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylviavelocidade-jornalismo-3.html#_ftn51 Acesso em: 10/09/2015

⁵ Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylviavelocidade-jornalismo-3.html#_ftn51 Acesso em: 10/09/2015

⁶ Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylviavelocidade-jornalismo-3.html#_ftn51 Acesso em: 10/09/2015

⁷ Disponível em: <http://observatoriodaimpresa.com.br/oitv/a-cobertura-da-morte-de-eduardo-campos/> Acesso em: 13/09/2015

têm internet – tenham acesso a tudo, é necessário que alguém seja responsável por organizar esse grande fluxo de informações.

A notícia é um produto final de um processo no qual o jornalista age como árbitro. (...) É o jornalista que interpreta e seleciona os acontecimentos para qualquer audiência. (...) Ao classificar e selecionar o enorme dilúvio de informações às quais nós temos acesso, o jornalista desempenha uma função crucial nesta era da informação. Sem jornalistas treinados e responsáveis, nos arriscamos a ser inundados por uma abundância de fatos e imagens sem contexto, muitos dos quais trivialidades (TOPPING *apud* MATTOS *apud* MORETZSOHN, 2000)⁸

Na era da internet, essa mediação pode ser chamada de função *gatewatcher*. O jornalista avalia o que é importante para população e o que não é boato no meio do imenso mar de informações que nos chegam aos ouvidos todos os dias. Em relação ao conteúdo enviado pelo público, vale o mesmo recurso, afinal, nem tudo que chega à redação tem “valor-notícia”, e, às vezes, as informações encaminhadas podem nem ser verdadeiras. O problema é que, em nome da instantaneidade, deixa-se de fazer essa triagem. Assim, podemos fazer um paralelo com a crítica da Ignacio Ramonet à transmissão ao vivo da televisão: as imagens comunicam por si só.

O *gatewatcher* é uma atualização da teoria do *gatekeeper*. Antes da internet, a ação de *gatekeeping* consistia na seleção dos fatos que tem o potencial de virarem notícias, já que os impressos e os noticiários de televisão e rádio nunca terão o espaço necessário para contar todas as histórias que se sucedem durante um dia. Para tentar entender esse filtro da imprensa, surgiu também a teoria do *newsmaking*, que apesar de estabelecer critérios mais objetivos para o processo de escolha dos acontecimentos – os critérios de noticiabilidade, que são baseados na organização produtiva do veículo e na cultura profissional (WOLF, 1999) –, tem a mesma finalidade.

A diferença para a função de *gatewatcher* atual é que antes o que não era publicado dificilmente chegava ao conhecimento do público, hoje, com a rede, existem outras maneiras de os fatos serem compartilhados. Axel Bruns (2011) explica que com a ampliação dos canais de notícias, ou seja, com as pessoas utilizando a internet, principalmente as redes sociais, para divulgar fatos dos quais adquirem conhecimento, a ação de *gatekeeping* perdeu a função de ser. Não é mais possível delimitar o que será publicado, o que se pode fazer agora é selecionar destaques, indicar o que é mais importante. No ambiente digital, o papel do jornalista agora é ser um *gatewatcher*. Na

⁸ Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylviavelocidade-jornalismo-3.html#_ftn51 Acesso em: 10/09/2015

verdade, como já vimos, fazer escolhas dentro da quantidade de informação a que somos apresentados todos os dias não é uma opção, é questão de sobrevivência, porque é impossível processar tudo, conforme diz Pascal: “Nossos sentidos não percebem nada de extremo. Barulho demais nos ensurdece. Luz demais nos ofusca. As quantidades extremas nos são inimigas. Não sentimos mais, sofremos” (PASCAL *apud* MORETZOHN, 2000)⁹.

Pensando nisso, Gabriela Nora (2010) fez uma releitura dos quatro estágios em que se divide o processo de comunicação formulado por Alberto Dines com a contribuição de diversos autores. As fases são atenção, percepção, retenção e reação. Quando foram apresentadas, o jornalista definiu que os dois últimos estágios eram os mais importantes para medir a superioridade de um veículo em relação ao outro. Hoje, Nora avalia que a primeira fase seria a única necessária e possível de ser alcançada diante das múltiplas fontes de informação que disputam o público.

Como afirma Sodré, “a economia da atenção” prevalece no âmbito de uma comunicação preocupada em manter o fluxo veloz de informações para um público cujo bem mais escasso e precioso é a atenção, requisitada a todo o momento, das mais diversas formas, sem que se exija dela a continuidade desse processo. (SODRÉ *apud* NORA, 2010, p. 66)

Mas o que mais nos interessa neste capítulo é o argumento curioso que Bruns usa para justificar o fim da ocupação de *gatekeeper*. O autor afirma que a profundidade das matérias publicadas em ambiente online não é mais limitada, inerentemente, pelas páginas disponíveis ou pela duração das transmissões (BRUNS, 2011). No entanto, na realidade isto parece não se aplicar. É o que demonstra o artigo de Gabriela Zago (2007), que busca relacionar a tendência de atualização constante no jornalismo online com os erros encontrados nas notícias e com a homogeneidade das coberturas de diferentes veículos. A autora reconhece que o jornalismo online rompeu com as barreiras de tempo e espaço presentes nas outras mídias, mas isso, na grande maioria dos casos, não se traduz em um aprofundamento dos fatos. Isso ocorre porque a “meta é a instantaneidade – a redução máxima possível do tempo entre o acontecimento e a publicação da notícia” (ZAGO, 2007, p. 3) a fim de criar uma sensação de tempo real. Ramonet (*apud* ZAGO, 2007) acrescenta que o valor decisivo da informação não é mais a verdade, e sim a rapidez com a qual ela é difundida.

O fascínio pelas novas tecnologias, que “atualizam a existência em fração de

⁹ Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylviavelocidade-jornalismo-3.html#_ftn51 Acesso em: 10/09/2015

minutos” (MORAES, 2006, p. 33), provoca, de acordo com Dênis de Moraes (2006), a acentuação de uma “nova tirania”: a da velocidade. No entanto, é importante pontuar que essa característica não é nova e está intimamente ligada à dinâmica capitalista em que vivemos. A aceleração dos processos no jornalismo sempre acompanhou a temporalidade desse sistema produtivo. Não é de hoje que capitalismo e os veículos de mídia andam lado a lado. Max Weber, já no início do século XX, apontava que a imprensa era uma empresa capitalista com dois tipos de clientes diferentes: os leitores e os anunciantes (WEBER, 2005)¹⁰. Já Walter Benjamin, ao teorizar sobre o conceito de informação, a definiu como “um produto do capitalismo plenamente desenvolvido” que se distingue pela necessidade de ser “compreensível em si” (BENJAMIN *apud* SCHUDSON, 2010, p. 108).

Mas o ritmo midiático de hoje impressiona porque essa realidade se tornou mais latente devido à evolução tecnológica e do capitalismo. Agora o capital explora a possibilidade que a internet introduziu de “interligar o mundo com informações em tempo real e fluxo contínuo, exatamente como opera o mercado financeiro” (RAMONET *apud* MOREZSOHN, 2000)¹¹. Os veículos de mídia – que são controlados em sua maioria por acionistas – seguem os mesmos passos do mercado de capitais, em que a lucratividade está diretamente relacionada com a velocidade dos fluxos de informação. A atualização de notícias, portanto, acompanha o ritmo das trocas financeiras e do consumo desenfreado atual (NORA, 2010). Afinal, tempo é dinheiro: “O tempo existencialmente colocado sob a lei estrutural do valor, ou seja, o capital, é tratado como mercadoria valiosa, podendo ser vendido e comprado” (SODRÉ *apud* NORA, 2010, p. 50)

Em sua dissertação de mestrado, Sylvia Moretzsohn (2000) destaca que a notícia é um produto como outra qualquer, que esconde o seu processo produtivo e tem um valor de troca baseada em critérios subjetivos. Marcondes Filho (*apud* MORETZSOHN, 2000) explica que esses critérios dão o que ele chama de “aparência de valor de uso” ao produto noticioso, o que significa dizer que a imprensa dissimula que o valor da notícia é maior do que simplesmente a importância da informação que ela carrega, é também o impacto que aquele assunto vai causar nas pessoas. No caso da notícia, é a velocidade que confere esse valor extra. Ser veloz é mais importante que buscar e transmitir a verdade, a informação precisa. É o que Sylvia Moretzsohn chama de “fetiche da velocidade” (MORETZSOHN,

¹⁰ Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2084/1825> Acesso em: 15/09/2015

¹¹ Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylviavelocidade-jornalismo-3.html#_ftn51 Acesso em: 10/09/2015

2000)¹²:

A definição da notícia como mercadoria permite a aplicação do conceito marxista de fetiche em dois sentidos principais. Primeiro, no aspecto mais visível, relacionado à ideia de que “os fatos falam por si”, tais como aparecem no jornal, ocultando o processo de produção de sentido. Depois, na relação que a imprensa estabelece com o público, conferindo à notícia aquilo que Marcondes Filho chamou de “aparência de valor de uso”. (MORETZSOHN, 2000)¹³

O francês Paul Virilio (*apud* MORETZSOHN, 2000) vai mais longe e diz que a informação só tem valor pela rapidez de sua transmissão, assim “a velocidade é a própria informação” (VIRILIO *apud* MORETZSOHN, 2000)¹⁴.

De qualquer maneira, percebe-se, então, que os veículos de mídia sempre valorizaram a proximidade entre o tempo do acontecimento e o tempo da notícia, até porque, como empresas, querem sair na frente da concorrência. Mas até o advento da internet não existiam as condições necessárias para reduzir esse vão entre o fato real e o que é transmitido. As novidades tecnológicas permitiram essa mudança de temporalidade e influenciaram o jornalismo. Ignacio Ramonet (*apud* ZAGO, 2007) explica que, com o funcionamento da comunicação interpessoal em tempo real, a mediação dos fatos cotidianos, também deve ser instantânea, exigindo que a atualização seja contínua em páginas jornalísticas na internet.

De fato, como explica Sodré, “num mundo posto em rede técnica, modifica-se profundamente a experiência habitual do tempo, a da ordem temporal sucessiva, dando lugar à simultaneidade e à hibridização” (SODRÉ, 2009: 101). Neste contexto, prossegue o autor, a experiência do atual tem sofrido forte influência das novas tecnologias de comunicação, num momento em que a temporalidade, acelerada, cria efeitos de simultaneidade e imediatez: o chamado “efeito SIG” (simultaneidade, instantaneidade e globalidade), o qual “já está definitivamente inscrito na temporalidade cotidiana, abolindo todas as distâncias espaço-temporais”. (SODRÉ *apud* NORA, 2010, p. 53)

Observando a materialidade deste fenômeno e a radicalização da “corrida contra o tempo” que ele provoca (MORETZSOHN, 2000), nos resta entender como ele incide sobre a prática do jornalismo como um todo. Marcondes Filho (*apud* MORETZSOHN, 2000) recorre à palavra *pharmakon*, que em grego significa ao mesmo tempo remédio e veneno,

¹² Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylviavelocidade-jornalismo-3.html> Acesso em: 10/09/2015

¹³ Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylviavelocidade-jornalismo-3.html#_ftn51 Acesso em: 10/09/2015

¹⁴ Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylviavelocidade-jornalismo-3.html#_ftn51 Acesso em: 10/09/2015

para aludir às consequências que a obrigação de ser veloz impõe à produção jornalística. Gabriela Zago é mais direta, mas também indica que a velocidade é uma faca com dois gumes para a imprensa. Pois, por um lado, é positivo levar informação com rapidez ao público, que agora dispõe de uma “grande quantidade de notícias sobre o mesmo fato, aproximando-se da ideia de tempo real” (MORETZSOHN *apud* ZAGO, 2007).

No entanto, o maior número de matérias não se traduz em variedade de conteúdo ou de pontos de vista, há, em vez disso, grande redundância, já que os textos se repetem. Além disso, a exigência do imediatismo impede, muitas vezes, a checagem correta dos fatos, a correção de erros ou mesmo a produção de um texto mais interessante. Ou seja, o produto gerado é ruim. Confirma-se, portanto, que pouco importa o conteúdo da notícia, o importante é publicá-la logo para que o sistema continue funcionando. Como explica Nora:

Impera, pois, a lógica da “velocidade como virtude”, da “velocidade como emblema atávico de evolução sociotécnica” (MORAES, 2006: 46). Ou seja, nada pode escapar e tudo deve ser apreendido o mais depressa possível. Daí a necessidade de fragmentar o real, de subdividi-lo tantas vezes quantas forem necessárias para facilitar o fluxo contínuo e veloz de dados e mensagens. (NORA, 2010, p. 28)

Em seu artigo, Gabriela Zago publica o resultado de uma análise comparativa das notícias de quatro sites informativos, Terra, Último Segundo, Folha Online e Estadão, durante a visita do ex-presidente dos Estados Unidos George Bush, em 2007. Os dois primeiros são veículos de mídia que só existem na internet e os outros dois são versões online de jornais tradicionalmente impressos. Em todos os sites, as notícias analisadas eram da seção “Últimas Notícias”, área onde, segundo a autora, mais se verifica a obsessão pela atualização. Dentre as 527 matérias selecionadas, 115 (22%) eram iguais, o que significa que o texto era o mesmo ou que tinha pequenas modificações, como o uso de sinônimos, e 80 (15%), semelhantes, que, segundo a metodologia apresentada, eram aquelas que usavam as mesmas informações e citações, mas que estruturavam de maneira diferente o texto.

Apesar da proporção relativamente baixa de repetições e das peculiaridades de cada cobertura, a homogeneidade entre os veículos pode ser percebida pelo espaço dado a um determinado assunto por cada site (no caso a visita do ex-presidente dos Estados Unidos George Bush à América Latina) que costuma ser o mesmo. Isto é o que Ignacio Ramonet (1999) chama de “mimetismo midiático”: a mídia, ao contrário das empresas dos outros ramos, que sempre procuram diferenciar seus produtos, é levada a repercutir as mesmas

histórias que seus concorrentes. Esse é mais um dos aspectos da imprensa que já existiam no modelo off-line, mas que foram potencializados por essa nova temporalidade fugaz.

Em uma pesquisa rápida pelos principais sites de notícias do Brasil, não é difícil comprovar a homogeneidade de coberturas. No dia 13 de setembro de 2015, a página inicial de *O Globo*, *Zero Hora*, *Uol* e *G1* davam destaque com manchetes quase idênticas para a reunião da presidente Dilma Roussef com seus ministros para definir cortes no orçamento diante da crise econômica. *A Folha de São Paulo* dava a mesma ênfase ao assunto, mas o apresentava de forma um pouco diferente, estimando o tamanho do corte. *O Estado de São Paulo* era o único que destacava outro tema, a crise migratória. Outro problema identificado por Zago foi a repetição de notícias dentro de um mesmo site, o que mostra o não aproveitamento de alguns recursos da internet, como o hipertexto.

Mas, claro, discursar sobre o mesmo assunto não necessariamente significa falar sobre os mesmos pontos, o mesmo ponto de vista. Mas o que se observa na busca entusiasmada pela aproximação com o tempo real é um uso acentuado do material enviado por agências de notícias. A autora indica em seu artigo que essas empresas são as principais fontes das matérias publicadas na seção “Últimas Notícias”, principalmente nos portais. O ritmo de trabalho das agências é comparado por Mariana Mainenti Gomes (*apud* MORETZSOHN, 2000) ao de empresas de telemarketing ou call centers e os jornalistas se assemelham a operários padrões da era pós-industrial. O silêncio e a concentração reinam na fábrica de notícias para que a produção de notas seja a maior possível.

Dessa constatação resulta outro problema: o empobrecimento do trabalho do jornalista. Nas redações, recebe-se o despacho das agências e a orientação é que ele seja publicado o quanto antes no site do veículo e só depois seja mais bem analisado pelo jornalista para ver se rende uma reportagem mais aprofundada. Mas, por falta de tempo, muitas vezes só se publica o material enviado pela agência e não se faz nada mais. A compulsão pela atualização contínua, portanto, empobrece a produção jornalística e o trabalho do jornalista. A utilização na íntegra do conteúdo de outros sites reduz a tarefa do jornalista a um mero copia e cola. Mesmo quando redige a matéria, o repórter precisa seguir um modelo engessado e superficial para dar conta de publicá-la o mais rápido possível. E a dependência não é só das agências de notícias, não há tempo hábil para comparar informações e as histórias contadas pelas fontes. O jornalista fica vendido, sujeito à manipulação. (SCHUDSON *apud* MORETZSOHN, 2000) A este quadro a que se

refere Muniz Sodré (*apud* NORA, 2010) quando afirma que a incidência do tempo estimula a criação de rotinas por meio das quais opera o sistema capitalista.

Ou seja, o que se verifica, na maioria dos casos, é um noticiário de nível superficial e fora de contexto. Em geral, as matérias valorizam o lead – “o centro das atenções está no que ocorre, não na razão pela qual ocorre ou em suas causas profundas” (EPSTEIN *apud* WOLF, 2005: 199) –, em prejuízo das informações de background, dificultando o aprofundamento e a compreensão de aspectos subjacentes, porém significativos, aos fatos apresentados como notícias. (NORA, 2010, p. 33)

Gabriela Nora (2010) identifica outra consequência dessa nova temporalidade no jornalismo: a fragmentação do noticiário. É comum atualmente que os sites de notícias façam “coberturas em tempo real” quando algo de importância acontece. Qualquer nova informação que a redação recebe, é publicada, formando um conjunto de pequenas notinhas. Para a autora, essa “segmentação do pensar, do fazer e do conceber a prática jornalística” prejudica seriamente a compreensão dos fatos sociais (NORA, 2010, p. 45). O jornalista Leonardo Sakamoto, em um programa do *Observatório da Imprensa* que debateu o uso das mídias sociais na cobertura da morte do candidato à presidência Eduardo Campos¹⁵, disse que essas coberturas são, na realidade, a publicação do processo de apuração. Isto é, em vez de apurar e depois publicar o fato, as duas ações são realizadas simultaneamente.

Logicamente, certas informações serão descobertas falsas no decorrer do processo, como ocorre em um procedimento tradicional de apuração. Dessa maneira, as repetições, os erros e até a reprodução de boatos são comuns. Como disse a jornalista e escritora Ana Arruda Callado, no mesmo programa, “não é possível fazer rápido e apurar bem a notícia”. Mas Callado acredita que esses erros serão normais e que a postura correta é ir a público e retificar a informação. Sakamoto, no entanto, aponta que o problema é que o público da internet é flutuante, assim como o do rádio, e muitas vezes a pessoa não permanece no site o tempo suficiente para ver a correção.

O jornalista e professor da PUC-SP acrescenta que ainda precisamos descobrir como usar bem a internet no jornalismo, pois, segundo ele, hoje estamos vivendo a adolescência da rede, momento em que suas potencialidades estão sendo usadas de maneira irresponsável e a reflexão está sendo deixada de lado. Alberto Dines, apresentador do programa, finaliza brilhantemente ao dizer que “Estamos diante de um confronto com a

¹⁵ Programa exibido no dia 19 de agosto de 2014, apenas seis dias depois da queda do avião que matou o presidencial. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/oitv/a-cobertura-da-morte-de-eduardo-campos/> Acesso em: 13/09/2015

verdade que a velocidade trouxe de volta”. A cobertura da morte do ex-governador e, à época, presidenciável Eduardo Campos¹⁶ é um ótimo exemplo de publicação de informações desencontradas e de factoides por causa da necessidade de satisfazer a sede pelo instantâneo.

A pressa de conseguir mais detalhes sobre o acidente favoreceu o aparecimento de tropeços na cobertura. Alguns portais de notícias informaram que a mulher do político, Renata Campos, e seu filho mais novo, Miguel, também estavam no avião, o que não era verdade. Outro problema foi o depoimento falso que um homem que morava perto do local onde o avião caiu deu ao repórter da Rede Globo José Roberto Burnier ao vivo¹⁷. A suposta testemunha, identificada como Donizete, afirmou que teria identificado o corpo de Eduardo Campos por seus olhos. Mas as informações oficiais, que chegaram logo depois, afirmaram que era impossível reconhecer os corpos a olho vivo, porque eles estavam dilacerados e carbonizados.

No debate do *Observatório da Imprensa*, Sakamoto e Callado defendem Burnier, argumentando que, se o repórter tivesse decidido não colocar o santista ao vivo para checar as informações, ele seria pressionado pela chefia, principalmente se um colega de outra emissora tivesse dado a história. Além disso, a transmissão de uma informação duvidosa pode atender outros interesses, na opinião de Leonardo Sakamoto. Ele acredita que os relatos mais fortes podem ser publicados pelo seu fator sensacionalista, que atrai a audiência. Assim, se segura o público e se valoriza o tempo de comercial daquele horário. Afinal, “notícia é aquilo que se publica entre os anúncios” (MORETZSOHN, 2000)¹⁸.

Em seu artigo, a jornalista Gabriela Zago identifica uma taxa de 23% de erros nas 527 notícias analisadas, desde problemas de concordância e erros de digitação a incoerências. A autora acredita que o tipo de erro é indiferente, pois ambos são causados pela exigência da velocidade na produção da notícia e os dois comprometem a credibilidade da informação. No jornalismo online do tempo real, os equívocos são recorrentes, porque o tempo que poderia ser usado para corrigir ou checar melhor o fato atrasaria a publicação da notícia, que é a principal preocupação. Essa superficialidade

¹⁶ Eduardo Campos morreu no dia 13 de agosto de 2014, no meio da campanha à presidência pelo partido PSB, após o avião fretado em que estava cair em Santos (SP).

¹⁷ Disponível em:

http://www.portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/67490/jornalista+da+globo+entrevista+falsa+tes+temunha+da+morte+de+eduardo+campos Acesso em: 13/09/2015

¹⁸ Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylviavelocidade-jornalismo-3.html#_ftn51 Acesso em: 10/09/2015

gerada pelas repetições e pelos erros, segundo ela, gera no leitor duas atitudes perante o jornalismo: a desconfiança e a passividade. Ambas as consequências são negativas e desfavorecem a boa produção jornalística na web.

Zago também sugere, analisando a taxa de repetição de cerca de 20%, que os leitores devem escolher seu veículo preferido por simpatia à página e não pelo conteúdo, já que “todos dizem a mesma coisa”. (ZAGO, 2007, p. 15) É irônico que a dita “sociedade da informação” em que vivemos seja carente justamente de informações de qualidade, bem contextualizadas e profundas. (NORA, 2010). Embora não se possa generalizar – existem diversos exemplos de bom aproveitamento dos recursos tecnológicos em prol de um jornalismo de qualidade –, os erros, a repetição e a homogeneidade são recorrentes nas coberturas dos jornais online.

Postas as consequências imediatas da “ditadura do tempo real” para a qualidade da produção jornalística e para o trabalho do repórter, é preciso pensar além. A obrigatoriedade da atualização contínua de notícias produz um imenso volume de informações, que dificilmente serão captadas em sua totalidade pela população, por falta de tempo ou por um esgotamento mnemônico. Nos próximos capítulos, abordaremos a questão da memória e os prejuízos para a recepção do jornalismo tal qual é praticado em tempos de mídia digital.

3. Os efeitos das inovações tecnológicas na memória social e coletiva

*Não sei, mas sinto que é como sonhar
Que o esforço pra lembrar
É vontade de esquecer
E isso por quê?
Diz mais*

(Rodrigo Amarante, Los Hermanos, “4”, “O Vento”).

Pense na transmissão televisiva de algum show na atualidade. Peguemos o Rock in Rio 2015, pela proximidade temporal, como exemplo. Agora se concentre na recordação da plateia do evento. Qual é a imagem que vem à cabeça? Provavelmente a de uma multidão de pequenas luzes provenientes de celulares ou câmeras fotográficas lançados ao céu, disputando espaço entre as várias cabeças, para conseguir filmar ou fotografar a apresentação. A preocupação do público é gravar o momento vivido, guardá-lo para o futuro ou para compartilhá-lo nas redes sociais. Essa é a experiência que as pessoas querem ter, não mais somente aproveitar e assistir ao show. Mas esse pensamento não é exclusivo de grandes eventos ou de momentos marcantes e não é difícil encontrar paralelo em ações do dia a dia.

Fausto Colombo escreveu já em 1986 que “gravar e arquivar o nosso passado parece-nos hoje algo de muito necessário, tão indispensável como catalogar cada momento da nossa própria experiência”. (COLOMBO, 1986, p. 19) Levando essa característica humana em consideração, a indústria eletrônica criou uma variedade de aplicativos que servem a esse objetivo de captação do momento presente ou que recordam o usuário de algum acontecimento vivido. *Instagram* e *Timehop*, respectivamente, são exemplos de produtos criados para atender essa sede de lembranças. No caso do *Instagram*, como o próprio nome alude, o objetivo é capturar e compartilhar o instante, o que mostra um dos efeitos da temporalidade fugaz, sobre a qual nos aprofundamos no primeiro capítulo, na vida da sociedade atual.

Neste segundo momento, este trabalho se fixará no conceito e na prática de memória e pretende entender como as mudanças tecnológicas incidiram no nosso sistema mnemônico, tanto do ponto de vista individual quanto social. Observando a memória “como faculdade humana encarregada de reter conhecimentos adquiridos previamente” (ZILBERMAN, 2006, 117), Fausto Colombo expõe essa relação em *Os Arquivos Imperfeitos*. O livro é descrito como um esforço para evidenciar a essência e os nexos da memória (COLOMBO, 1986, 20), e, já na parte introdutória, o autor afirma que a

contemporaneidade possui uma “mania arquivística, que permeia conjuntamente a cultura e a evolução técnica” (COLOMBO, 1986, p. 17). Assim como no primeiro capítulo, a intenção nesta parte é mostrar que o ritual da memória já estava presente na sociedade, mas que foi intensificado pelas inovações tecnológicas. O que alarga também as consequências que esta prática causa.

A mnemotécnica é uma arte antiga. Durante séculos, sociedades tradicionais conservaram e transmitiram seus valores e costumes através da oralidade. Os mitos greco-romanos são um exemplo de estratégia utilizada, no caso a transformação em narrativas épicas, para proteger o passado daquele grupo e servir de direcionamento moral para as gerações futuras. Outra técnica milenar é a tradução de conteúdos em “imagines”, ou visualizações mentais, utilizada pela tradição retórica ocidental. Alguns dos pensadores dessa corrente inventaram metáforas bem arrojadas, como a comparação com o universo feita, na época Renascentista, por Giordano Bruno. De todo modo, a lógica usada é a do percurso preestabelecido. A ideia é “colocar as lembranças em lugares exatos, para daí tirá-las nos momentos de necessidade” (COLOMBO, 1986, p. 31). A partir dessa constatação, Colombo conclui:

[...] que a tradição mnemotécnica da retórica constitui o primeiro autêntico precursor da lógica do arquivamento; para cada arquivo, mesmo computadorizado, o problema consiste em armazenar corretamente. [...] Pode-se então falar de uma tradição mnemônica ocidental, de uma espécie de filosofia de memória que está por trás dos arquivos de ontem e de hoje (COLOMBO, 1986, p. 33).

Na tradição oriental, também há registros de esquemas criados para memorizar os eventos, como o uso de amuletos e talismãs. Eles acreditavam no poder evocador da imagem em um aspecto metonímico, ou seja, que o objeto tinha a capacidade de lembrar o universo porque era feito com material do próprio universo. (COLOMBO, 1986). Nos exemplos dados acima, é preciso evidenciar que há dois modelos mnemônicos diferentes no que tange à quantidade de conteúdos que deveriam ser retidos pelo homem. Os mitos greco-romanos representam acontecimentos chave do passado dessas sociedades, pinçados de acordo com a importância social desses eventos para o futuro. Já as imagens dos retóricos e os amuletos da tradição oriental pressupõem que qualquer objeto – em seu significado mais amplo, sem ser restrito ao caráter físico –, até mesmo o universo em sua totalidade, pode ser memorizado. (COLOMBO, 1986, p. 91-92)

Na modernidade, o registro mental retoma a lógica do mito. Não havia mais a pretensão de memorizar tudo, tinha-se consciência que era necessário escolher os

elementos que seriam fundamentais no futuro, pois era impossível arquivar todas as coisas, uma parte, de alguma maneira, iria ser perder. Entra em cena a seleção preventiva para proteger as experiências ou discursos que deveriam ser perpetuados. Os modernos tinham “a convicção de que o sacrifício do não essencial é indispensável para a sobrevivência do essencial, que a totalidade do mundo não pode ser reproduzida sem perdas organizadas ou casuais, entre as quais é mister escolher as primeiras.” (COLOMBO, 1986, p. 91)

Apesar das diferenças em relação ao conteúdo, todos os esquemas mnemônicos tratados até aqui estão relacionados com a própria capacidade humana de reter informação em algum lugar do seu cérebro. Isto é, os métodos de memorização discutidos até o momento se encarregam de ajudar nossa racionalidade a reter conhecimento sem a necessidade de reportar esta lembrança em dispositivos externos ao corpo. Mas, para entender o quadro mnemônico atual, é importante discutir a mudança na relação entre ser humano e memória introduzida pelas práticas de documentação.

A escrita é a primeira delas. Platão (apud ZILBERMAN, 2006), em Fedro, narra o mito de invenção da escrita e se insurge contra essa nova técnica, pois, para o pensador, ela daria aos homens a sensação de que estão guardando o que foi vivido e aprendido, quando, na verdade, estão terceirizando esta função. Tamuz, o personagem criado por Sócrates, afirma que a escrita “tornará os homens esquecidos, pois deixarão de cultivar a memória; confiando apenas nos livros escritos, só se lembrarão de um assunto exteriormente e por meio de sinais, e não em si mesmos” (PLATÃO apud ZILBERMAN, 2006, p. 123). Lembrar-se de assuntos por fontes externas não configurava conhecimento para Platão. Walter Benjamin, em “O narrador” e outras obras, também defende a ligação profunda entre memória e oralidade. Para o autor, a linguagem falada aproxima os locutores tanto da palavra quanto das outras pessoas, os ouvintes. (BENJAMIN apud ZILBERMAN, 2006)

Mas, como Mário Feijó (2014) e Aníbal Bragança (In DUTRA & MOLIER, 2006) explicam, a própria evolução da sociedade e de suas atividades tornou a escrita necessária, pois “perdura conhecimento, estabiliza o conteúdo e o dissemina” (FEIJÓ, 2014). Isso era primordial para o desenvolvimento do comércio e do Estado e, aos poucos, começou a afetar a vida comum. Oralidade e palavra grafada andaram juntas durante muito tempo – até porque a escrita era de conhecimento de poucos –, mas a lógica capitalista interrompeu essa convivência pacífica. Dessa forma, as pessoas passaram a registrar a quantidade do estoque, as leis, os sistemas de pensamento, as descobertas científicas, os

ritos e os acontecimentos em suportes externos, o que Antonio García Gutiérrez (2004) chama de exomemória.

Com a escrita, a população passou a guardar em um suporte físico o que era do âmbito apenas da memória, essa faculdade cerebral, anteriormente. Caso a memória falhasse, era possível encontrar a lembrança em outro lugar. De pouco a pouco, a cabeça já não era espaço de algumas informações, agora delegadas ao papel. Durante todo período pré-industrial, a arte também tinha essa serventia de imortalizar ambientes, acontecimentos e pessoas. Os quadros encomendados pela aristocracia na Alta Idade Média, por exemplo, tinham o objetivo não só de mostrar poder naquela época, mas de se perpetuar nos anos seguintes. Hoje, esses arquivos são organizados em “lugares de memória”, como os museus, e nos ajudam a remontar a vida de épocas distantes.

Do manuscrito para a tipografia móvel de Gutenberg, para as máquinas de escrever, para os computadores. Dos quadros para a fotografia analógica, para o cinema, para a televisão, para as câmeras digitais, para os smartphones. Longe de querer impor uma evolução linear e supor a própria substituição imediata ou obrigatória de dispositivos antigos pelas novidades, o desenvolvimento tecnológico ampliou o fenômeno de passagem da memória para arquivos externos ao corpo. Mesmo com a agenda de papel, ainda era normal memorizar o número do telefone das pessoas. Após gravar os contatos no celular, muita gente deixou de tê-los na cabeça. Com *Whatsapp*, as ligações tornaram-se também raras, e agora sabemos de cor só uma quantidade limitadíssima de números.

Para ter ideia da capacidade arquivística atual, recordemos aqui a evolução dos dispositivos eletrônicos de gravação¹⁹. O disquete, quando nasceu, armazenava apenas 80 kilobytes, e depois passou para 1,44 megabytes. O CD foi uma revolução porque era mais prático e tinha uma capacidade de gravação 700 vezes maior que o disquete, isto é, de até 700 megabytes. Os primeiros pen drives que chegaram ao mercado brasileiro tinham de 128 megabytes a dois gigabytes, mas eram menores que os CDs e também serviam como player de música. Esse dispositivo logo se popularizou e os consumidores tiveram acesso a espaços maiores.

Atualmente são comuns os pen drives de oito e 16 gigas – mesmo tamanho de armazenamento interno dos melhores celulares do mercado e também dos cartões de memória mais populares. Já o Google Drive, mecanismo de armazenamento em nuvem,

¹⁹ Disponível em: <http://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2013/04/do-disquete-ao-pendrive-veja-evolucao-do-armazenamento-movel.html> Acesso em: 10/10/2015

oferece o espaço de 15 gigabytes sem custos. E estes são só os dispositivos usuais entre a população. Empresas, normalmente, têm sistemas mais elaborados de arquivamento e bancos de dados com grande capacidade de armazenamento.

A diversidade de novos dispositivos ao alcance e a grande quantidade de espaço de arquivamento disponível atualmente nos dão a impressão – receio de Platão – de que podemos guardar tudo. Retomamos a crença dos retóricos. Como no esquema de Bruno, acredita-se que o saber e a memória coincidem, porque todo o conhecimento pode virar lembrança. Cabe aqui que nos atentemos para a diferenciação que Aristóteles faz entre as duas faculdades memoriais. Para o filósofo, há a *mnéme*, a prática de conservação do passado, e a *anámnesis*, a ativação das lembranças (VERNANT, SINI, PETROSINO *apud* COLOMBO, 1986, p. 32).

Retóricos e memória eletrônica são versados na primeira faculdade, em outras palavras, no arquivamento e não na ação de lembrar. Para esses dois sistemas, a recuperação dos momentos registrados é apenas uma consequência, que dependeria mais do desejo do que da capacidade do usuário (COLOMBO, 1986, p. 33). O fundamental é o percurso mnemônico. E essa facilidade de tudo gravar possibilitada pela revolução digital influencia o comportamento da sociedade que, como já foi dito acima, sempre teve uma “mania arquivística”.

Mas a intensificação da “mania arquivística” não pode ser analisada sem se considerar a temporalidade fugaz que discutimos no primeiro capítulo. O vício em capturar e guardar o momento vivido pode estar relacionado à passagem exageradamente veloz do tempo. O presente vira passado instantaneamente. Nas palavras de Pierre Nora: “um deslizamento cada vez mais rápido do presente ao passado histórico, uma percepção geral de que tudo e qualquer coisa pode desaparecer” (NORA, 1993, p. 7). Talvez, por isso, as pessoas achem por bem gravar todas as suas experiências.

É o que acredita o crítico literário alemão Andreas Huyssen (1997) em sua tentativa de entender a memória dentro da cultura nos dias de hoje. Para o alemão, a relação de passado e memória não está dada, é necessária uma articulação no presente para transformar acontecimentos anteriores em lembranças vivas e atuais. “O modo da memória é a procura” (HUYSSSEN, 1997, p. 14), que ocorre no presente. Portanto, olhando para o ritmo frenético da sociedade capitalista atual é compreensível a obsessão memorial.

A memória [...] representa [...] uma tentativa de diminuir o ritmo do processamento de informações, de resistir à dissolução do tempo na sincronicidade do arquivo, de descobrir um modo de contemplação fora

do universo da simulação, da informação rápida e das redes de TV a cabo, de afirmar algum ‘espaço-âncora’ num mundo de desnorteante e muitas vezes ameaçadora heterogeneidade, não-sincronicidade e sobrecarga de informações (HUYSSSEN, 1997, p.18)

Não se pode deixar de ressaltar também que a cultura da memória que vivemos hoje, iniciada nas últimas décadas do século XX, representa um contraponto com o que era valorizado no fim do século XIX e nas primeiras décadas novecentistas. Também influenciada por inovações tecnológicas produzidas pela segunda fase da Revolução Industrial, tais como o carro, a fotografia e o cinema, que também agregaram a noção de velocidade ao mundo, a sociedade do começo do século XX mirava sempre o futuro, acreditava que o melhor estava por vir.

Mas Huyssen (2000) aponta que, em vez de realizar os sonhos de bonança modernizantes, o século passado reservou uma realidade cruel, marcada por duas guerras, pela tensão da explosão de uma terceira, por ditaduras totalitaristas, por processos de descolonização sangrentos e por um capitalismo cada vez mais voraz, que criou conflitos bélicos, destruiu o meio-ambiente e intensificou a desigualdade social. Todas essas decepções e traumas tiveram como herança a descrença no futuro. Com esse ponto revisto, o alemão, então, conclui que a obsessão atual pelo passado é uma consequência da crise dessa “temporalidade anterior, que marcou a época da alta modernidade, com sua fé no progresso e no desenvolvimento” (HUYSSSEN, 2000, p. 34) em conjunto com a velocidade característica do nosso tempo.

Nosso mal-estar parece fluir de uma sobrecarga informacional e perceptual combinada com uma aceleração cultural, com as quais nem a nossa psique nem os nossos sentidos estão bem equipados para lidar. Quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não nos inspira confiança, mais forte é o nosso desejo de ir mais devagar e mais nos voltamos para a memória em busca de conforto. (HUYSSSEN, 2000, p. 32)

Sintetizando, “o processo de exteriorização das lembranças parece, portanto, constituir o dado característico da memória contemporânea” (COLOMBO, 1986, p. 119). Tal processo foi ampliado pelos avanços tecnológicos, mas só é posto em prática devido ao medo que o indivíduo tem de se esquecer, ainda mais no mundo em que vivemos, onde tudo acontece e muda muito rápido. Dessa forma, a opção pela memória é uma busca por um “espaço-âncora”, isto é, por uma garantia que sua subjetividade deixará alguma marca no mundo.

A crescente aceleração das inovações científicas, tecnológicas e culturais numa sociedade orientada para o consumo e o lucro cria quantidades cada vez maiores de objetos, estilos de vida e atitudes fadados à rápida obsolescência. [...] O aspecto temporal dessa obsolescência planejada é, evidentemente, a amnésia. (HUYSSSEN, 2000, p. 75)

Esse temor faz ainda mais sentido quando observamos a relação entre memória e a identidade individual e coletiva. Michael Pollak (1992) explica que o conjunto de lembranças é um dos elementos formadores da identidade de uma pessoa ou de um grupo, porque é um fator de extrema importância para a coerência do sujeito. Sem essa continuidade, o indivíduo não consegue unificar os elementos que o compõe. (POLLAK, 1992, p. 204) Em sua dimensão coletiva, a memória é um dos componentes responsáveis por definir e reforçar o sentimento de pertencimento e marcar diferença em relação a outros grupos.

Compartilhar um passado comum serve como elemento de coesão e ajuda uma pessoa ou uma coletividade a se localizar no mundo. “O trabalho da memória é indissociável da organização social da vida” (POLLAK, 1989, p. 15) Portanto, em uma cultura amnésica (HUYSSSEN, 1997, p. 17) como a nossa, é natural que as pessoas tenham obsessão por memorizar as experiências, porque o esquecimento significa o próprio apagamento do sujeito e de sua existência.

Mas Andreas Huyssen questiona se a cultura da memória realmente está nos ajudando a lembrar dos acontecimentos que passaram ou se só estamos criando ilusões do passado, motivados pela aceleração do tempo presente. É necessário avaliar também se os esforços de registro se traduzem efetivamente em lembrança ou se se aglomeram na memória sem qualquer ordenamento. Ou melhor, precisamos retomar os dois momentos diferentes do processo mnemônico: o arquivamento e a ativação das lembranças, a *anamnesis* formulada por Aristóteles. Quando viajamos, vamos a um show, uma festa, tiramos dezenas (às vezes centenas) de fotos. Cumprimos com o primeiro passo que é o de documentar a experiência, mas, após postar nas redes sociais, o que fazemos com esses registros?

Os vários bits ficam perdidos na memória do computador, do celular, do cartão de memória. Não é mais comum revelar as fotografias ou ver, com um grupo reunido, a filmagem de algum evento. Satisfaz-se o momento, o instante. O segundo passo, o de recordar, quase nunca se realiza. Há que se comentar que, recentemente, foi criado o movimento #Throwbacktuesday ou #tbt via *Twitter*, que logo contaminou o *Instagram*, e

que consiste em postar algum registro antigo, do passado, em fazer uma publicação nostálgica. Mas o #tbt não basta. Primeiro porque é uma iniciativa muito pequena dentro da imensidão de informação disponível, segundo porque não é um movimento institucionalizado e que alcança toda a população.

Situação diferente dos bancos de dados, que pretendem, por outro lado, reter todo e qualquer arquivo produzido. Colombo explica que, mesmo que ocorra seleção para arquivar algo dentro desses espaços – que se parecem mais a buracos negros –, o que os caracteriza é a pretensão de serem “exaustivos” e de como esse mito sustenta a “lógica memorial contemporânea”, que como já discutimos, é reflexo da aceleração do tempo e do medo do esquecimento e da perda de identidade. “Volta então a emergir a substancial ambiguidade da tecnologia que é a um só tempo fiel a um antigo mito, permeada no seu uso social pela crise da subjetividade e instrumento possível na parcial recuperação de uma identidade particular” (COLOMBO, 1986, p. 123)

A nossa memória, contudo, não funciona como uma máquina. Nosso aparelho mnemônico é estudado pela psicologia em dois níveis: a memória primária, que retém por pouco tempo um número limitado de informações; e a secundária, que guarda quantidades maiores por períodos mais longos. A primeira capta os sinais do mundo exterior, mas os mantém por pouco tempo, muita informação é processada, mas pouca coisa é passada para a memória de longo prazo. Já, neste primeiro momento, muito conteúdo é deixado de lado. “O esquecimento é um estatuto fundamental, ou até mesmo definidor dessa faculdade (memória a curto prazo)” (COLOMBO, 1986, p. 95).

Mas mesmo os “arquivos” levados à memória secundária não estão livres de serem perdidos. O acúmulo de informações, ou recordações posteriores, torna, às vezes, impossível localizar o que já foi memorizado, o que não significa que as lembranças são orientadas por ordem cronológica. A ativação de uma recordação pode ser causada por inúmeros motivos, mas trabalha-se com duas hipóteses para o esquecimento. A primeira é que a memória não é um poço sem fundo, há um limite de “espaço”, que quando é ultrapassado, vai resultar no apagamento de alguma informação, não necessariamente a mais antiga.

A segunda entende que, se a dificuldade de encontrar alguma recordação é causada pelo acúmulo de informação, então a memória pode ser considerada ilimitada e o problema consiste apenas em encontrar uma chave para acessá-la. (COLOMBO, 1986, p. 98) Dessa forma, se nada chamar essa lembrança, ela ficará esquecida. De nada adianta, ter a

pretensão de guardar tudo para o futuro, porque se não houver algo que puxe a recordação, a memória será um amontoado de arquivos mortos. De acordo com essa hipótese, é como se fosse realizada uma seleção posterior das lembranças importantes, baseada no que está sendo vivido no presente.

De qualquer maneira, o que é importante que se entenda é que nada está a salvo do esquecimento. Esse mito da durabilidade é ilusório. Conforme Freud afirmou, “memória e esquecimento estão indissolúvel e mutuamente ligados” (FREUD *apud* HUYSSSEN, 2000, p. 18). Huyssen acrescenta que “a memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social” (HUYSSSEN, 2000, p. 37). Mas as inovações tecnológicas nos dão a impressão de que podemos driblar as perdas causadas pelo tempo, porque agora podemos transferir tudo para os inúmeros meios de gravação.

No entanto, gravar não significa lembrar, são duas etapas diferentes do processo da memória. O percurso de volta, de ativação das recordações, nem sempre se realiza. Conclui-se, então, que influenciada pelas grandes proporções do armazenamento eletrônico, “a lógica arquivística contemporânea tem em si mesmo o próprio valor: ela conserva, baseada no pressuposto de que a conservação é necessária. Não é, portanto, o objeto que torna valiosa a lembrança, é a lembrança que torna valioso o objeto lembrado” (COLOMBO, 1986, p. 103)

Há de se pensar também que, embora os grandes bancos de dados tenham capacidade cada vez maior de arquivamento, esses dispositivos não estão livres de falhas. A própria evolução tecnológica torna obsoletos certos mecanismos, o que muitas vezes condena milhares de dados ali arquivados ao esquecimento por impossibilidade de acesso. Essa é uma discussão, inclusive, entre os estudiosos da biblioteconomia, pois, com a crescente publicação de obras em plataformas digitais, é preciso arranjar uma forma de guardá-las para posteridade sem a preocupação de que um servidor seja excluído com todas as informações que estavam dentro dele. Andreas Huyssen vê essas falhas que impedem um armazenamento seguro estável como um paradoxo dos nossos tempos. “É uma das maiores ironias da idade da informação. Se não encontrarmos métodos de preservação duradoura das gravações eletrônicas, esta poderá ser a era sem memória.” (HUYSSSEN, 2000, p. 33)

Do ponto de vista cognitivo, a ideia do percurso da memória na era do armazenamento digital também é problemática. Nos bancos de dados, pequenos e grandes,

a fórmula usada para encontrar os documentos arquivados é uma adaptação da segunda hipótese de funcionamento da memória. Isto é, de que precisamos de algo que ative as lembranças, nesse caso, as palavras-chave. Usamos esses termos como artifício para pesquisarmos em sites de busca, dentro do conteúdo de um site específico, em um texto, entre outros inúmeros exemplos, porque essa estratégia facilita que encontremos a informação desejada de forma rápida. Para esse fim, é um mecanismo perfeito, mas esse acesso direto limita o nosso aprendizado, porque desvincula a informação de seu contexto. “[...] O usuário experimenta o mundo como uma sucessão de fragmentos, cujo conjunto jamais é por ele captado.” (COLOMBO, 1986, p. 41)

Por exemplo, quando estamos em busca de uma informação específica dentro de um livro eletrônico, podemos usar palavras-chave para ir ao encontro preciso desse conteúdo, mas perdemos o “caminho”, o resto da obra, que nos daria, muito provavelmente, um entendimento mais amplo do assunto estudado. O sistema mnemônico digital funciona, segundo Fausto Colombo, em condições de “miopia cognoscitiva”, porque o usuário não tem a compreensão do panorama global.

Em relação ao habitual conhecimento experiencial do mundo, menos linear e funcional, porém mais articulado e analógico, os sistemas mnemônicos parecem trabalhar em condições de substancial “miopia cognoscitiva”, ou seja, de compreensão de soluções operacionais limitadas (COLOMBO, 1986, p. 39)

Não é dessa forma linear, porém, que o pensamento humano trabalha. Embora também não seja sequencial, a memória humana está orientada por “afinidades não redutíveis a simples palavras-chave”. (COLOMBO, 1986, p. 39) Hoje, no entanto, nossa cognição é altamente influenciada pela velocidade dos mecanismos digitais. Não temos mais paciência para esperar quando uma página, uma foto ou um vídeo demoram mais que o momento imediato para carregar. Queremos tudo num estalo das mãos e isso não se limita a pesquisas na internet. Esses pequenos exemplos do dia a dia nos mostram o quanto o nosso sistema mnemônico individual já foi alterado pelas inovações tecnológicas e pela velocidade da vida nos tempos atuais.

Agora é preciso compreender as mudanças na memória como um fenômeno social. Por isso, é importante observar os entroncamentos entre mídia, memória e história. Ser um fenômeno social significa dizer que é “construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (HALBWACHS *apud* POLLAK, 1992, p. 201). O sociólogo francês Michael Pollak (1992) afirma que a memória é constituída dos seguintes

elementos: os acontecimentos, as pessoas ou personagens e os lugares. Todos os três podem ser fruto da vivência pessoal ou de terceiros – o autor utiliza a nomenclatura “vividos por tabela” –, que, por algum motivo, tiveram tal relevância no imaginário social que o indivíduo os toma para si.

Nessa classificação de acontecimentos, personagens, ou lugares vividos/conhecidos por terceiros entram também aqueles que passaram fora do espaço-tempo da pessoa. Por exemplo, um cidadão norte-americano nascido após os atentados de 11 de setembro de 2001, mesmo sem tê-los vivido, mesmo sem estar vivo à época, muito provavelmente reconhece esse momento como parte de sua memória pela importância que o fato tem para a história dos Estados Unidos – e também pelo fato de as imagens terem sido exaustivamente replicadas nos anos seguintes.

O sociólogo francês ainda frisa que a memória é seletiva e que sua constituição pode ser consciente ou inconsciente, mas que é fruto de um trabalho de organização. Esse esforço descrito por Pollak parte do estudo de outro sociólogo francês, Maurice Halbwachs. Em seu célebre estudo sobre memória coletiva, Halbwachs argumenta que a força de diferentes pontos de referência forma a memória de cada um e a insere no sistema mnemônico da coletividade. Esta última, por sua vez, é responsável pela coesão social dentro de um grupo, conforme já discutido anteriormente. (HALBWACHS *apud* POLLAK, 1989, p. 3)

Dentro da perspectiva construtivista que orienta Halbwachs e Pollak – em que não se “trata mais lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas” (POLLAK, 1989, p. 4) –, é crucial entender que nem a memória individual nem a social são objetos naturais. O conflito é inerente ao processo mnemônico. No caso da memória individual, a atuação de inúmeros sentimentos conscientes e inconscientes vai determinar se um acontecimento vai perdurar na mente de uma pessoa e quando ele voltará à tona. Já a memória coletiva é resultado de uma disputa de diferentes grupos sociais, até porque esse é um mecanismo de poder. Michael Pollak chama esse processo de seleção de “enquadramento”. (POLLAK, 1989, p. 9)

Dito isso, nos interessa particularmente a influência da mídia nesse processo de transformação dos fatos sociais em memória. Em seu papel fundamental de informar a população sobre os acontecimentos mais importantes de determinado período, o jornalismo aparece como um desses pontos de referência que selecionam os acontecimentos, personagens e lugares que, por tabela, farão parte da memória coletiva. Ana Paula Goulart

Ribeiro (2007), em um dos seus muitos trabalhos que convergem mídia, história e memória, e Danielle Brasileira afirmam que os meios de comunicação são um dos principais agentes do enquadramento da memória contemporânea: “É através deles que se realiza a operação da memória sobre os acontecimentos e as interpretações que se quer salvar” (RIBEIRO & BRASILIENSE In RIBEIRO & FERREIRA, 2007, p. 222).

Esse lugar privilegiado foi conquistado graças à aura de neutralidade adquirida com o mito da objetividade. Conforme vimos no primeiro capítulo, no final do século XIX, nos Estados Unidos, foi criado um novo modelo de jornalismo, que privilegiava a informação e as coberturas políticas e econômicas, em contraposição ao modelo narrativo em voga na época. Essa nova vertente fez sucesso dentre os investidores americanos, porque ali eles podiam encontrar material valioso para seus negócios. (SCHUDSON, 2010) Mais tarde, já no início do século XX, o jornalismo informativo recebeu o reforço da ideia de objetividade, que ajudou a otimizar o trabalho nas redações e a desenvolver a lógica industrial nas recém-formadas empresas jornalísticas.

Dessa forma, as redações passaram a adotar rotinas para agilizar a produção e tirar qualquer rastro aparente de subjetividade dos textos. Esse cuidado criou uma sensação de neutralidade das notícias que, embora contestada por teóricos e jornalistas, confere credibilidade para a produção da mídia informativa. Somada a essa impressão de imparcialidade, a ancoragem factual do jornalismo também contribui para que a população, impossibilitada de ver o acontecimento in loco, confie na abordagem jornalística. As pessoas, portanto, têm a impressão de que tudo que consta em páginas dos jornais ou na programação noticiosa de emissoras de rádio e TV é verdade.

Além disso, o conteúdo jornalístico define o que é importante e o que deve ser assimilado pela sociedade. Essa noção é explicada pela teoria do agendamento, que está inserida nos estudos que analisam os efeitos a longo prazo da incidência diária dos meios de comunicação de massa na vida das pessoas, em substituição às formulações anteriores que consideravam que a mídia influencia diretamente o pensamento do público. Essa hipótese defende que o jornalismo tem o poder de pautar um conjunto de temas que merecem ser discutidos pela sociedade e que vão fazer parte de suas conversas cotidianas.

A hipótese do agenda-setting não defende que os mass media pretendam persuadir [...]. Os mass media, descrevendo e precisando a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo sobre que é necessário ter uma opinião e discutir. O pressuposto fundamental do agenda-setting é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade

social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos mass media. (SHAW *apud* WOLF, 1999)²⁰

Um exemplo atual é a preponderância que o escândalo de corrupção na Petrobras tomou nos diálogos informais diante da cobertura da Operação Lava Jato pela mídia. Todos os dias, os jornais apresentam com destaque novos capítulos dessa investigação, o que instiga a população a tecer comentários e formular opiniões sobre o assunto. O contrário também é verdadeiro. Temas que não passam pelo filtro de *gatekeeper* da mídia, muito provavelmente, não terão muita repercussão na sociedade. Ou assim que funcionava até bem pouco tempo atrás.

Esse quadro mudou consideravelmente com a internet e com a divulgação de informações por pessoas comuns nas redes sociais. Com alguma organização, grupos ou indivíduos que compartilham da mesma opinião sobre algum assunto, podem mobilizar o Twitter ou o *Facebook* e, por fim, pautar os noticiários. Um caso recente foi a repercussão dos comentários pedófilos sobre uma menina de 12 anos no Master Chef Jr Brasil.²¹ Os abusos foram denunciados por outros internautas e coletivos feministas na rede e, no dia seguinte, foi matéria em diversos meios de comunicação. O episódio também motivou a campanha online #primeiroassedio²², que também foi noticiada nos veículos de mídia.

A potência da internet em mudar esse paradigma será melhor abordada no próximo capítulo. Neste momento, no entanto, vamos nos concentrar na capacidade que os meios de comunicação têm de ser porta-voz da realidade social que nos rodeia e de atribuir-lhe sentido. Até porque, mesmo com as novidades tecnológicas, o jornalismo continua tendo papel central na vida das pessoas. Essa função influencia não somente que os assuntos tratados na mídia tenham relevância no presente, mas também no futuro. Uma vez que o jornalismo define, de acordo com a teoria do agendamento, os temas que estarão em voga na sociedade em um determinado momento, conseqüentemente determina também quais serão os assuntos marcantes daquele período, os que vão entrar para história. Por isso, Ana

²⁰ Disponível em: http://jornalismoufma.xpg.uol.com.br/arquivos/mauro_wolf_teorias_da_comunicacao.pdf
Acesso em: 25/08/2015

²¹ O programa Master Chef Jr Brasil é veiculado na emissora aberta Band e tem forte repercussão no Twitter. No primeiro episódio da temporada 2015, transmitido no dia 20 de outubro de 2015, Valentina Schulz, de 12 anos, uma das participantes, foi alvo de comentários pedófilos na rede social. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/pedofilos-assediam-participante-do-masterchef-pelo-twitter> Acesso em: 06/11/2015

²² A campanha foi criada pelo projeto feminista Think Olga, idealizado pela jornalista Juliana de Faria, em 2013, e consistia a estimular mulheres a contarem as histórias do primeiro assédio que viveram. Em cinco dias de campanha, a hashtag havia sido compartilhada 82 mil vez. Disponível em: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2015/11/02/a-internet-odeia-as-mulheres-e-ninguem-ve-problema-nisso/> e <http://thinkolga.com/a-olga/>. Acesso em: 06/11/2015

Paula Goulart Ribeiro afirma que a “mídia é o principal lugar de memória e/ou de história das sociedades contemporâneas” (RIBEIRO In HERSCHMANN & PEREIRA, 2005, p. 115).

O jornalismo exerce um papel crucial na produção de uma ideia de história, não só porque indica aqueles que, dentro todos os fatos da realidade, devem ser memoráveis no futuro (ou seja, aqueles que teriam relevância histórica), mas também porque se constitui ele mesmo em um dos principais registros “objetivos” do seu tempo. [...] A mídia é a testemunha ocular da história. (RIBEIRO In HERSCHMANN & PEREIRA, 2005, p. 118)

Por essas características, os textos noticiosos são cada vez mais utilizados pela História como uma das fontes em seu processo científico de entender a realidade social de um determinado período, principalmente quando o estudo diz respeito ao século XX – e daí em diante. Claro que esse trabalho é realizado pelos historiadores com atenção às peculiaridades do discurso jornalístico, que, como qualquer outro, apesar de pretender ser neutro, está inserido dentro das disputas ideológicas da sociedade. Conforme o procedimento com os outros vestígios ou fontes, as matérias e outros produtos noticiosos devem ser desconstruídos e lidos em sua pluralidade pelos historiadores. Mas até mesmo o posicionamento editorial e político de um jornal pode dizer muito sobre um momento. “Uma página de jornal é um reflexo vivo das contradições da realidade social de uma época.” (RIBEIRO In HERSCHMANN & PEREIRA, 2005, p. 125)

Ana Paula Goulart Ribeiro e Danielle Ramos Brasileira mostram no artigo *Memória e Narrativa Jornalística* que a memória produzida pela mídia sobre um determinado fato pode, inclusive, mudar de acordo com o tempo e com os objetivos imediatos do repórter ou dos veículos de comunicação. As autoras analisam a cobertura realizada pelo jornal *O Globo* sobre a Chacina da Candelária no decorrer de 10 anos. Um dia após o assassinato dos sete jovens que viviam nas imediações da igreja, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, em julho de 1993, o teor da matéria foi de denúncia e de perplexidade diante do homicídio coletivo, considerado premeditado. No entanto, nos anos seguintes, conforme os ganchos que traziam o tema de menores infratores ou de crimes no entorno da Candelária, a chacina era lembrada de maneira estereotipada ou mesmo esquecida.

Esse trabalho ilustra a forma com que o jornalismo opera a memória coletiva. Além do trabalho de agendar o que é assunto no momento atual, essa prática tem o poder de relembrar acontecimentos passados e revesti-los de sentidos múltiplos, de acordo com seu

objetivo momentâneo, e também de construir para si uma imagem que legitime seu lugar social. Uma prática que mostra essa capacidade da mídia de ativar as lembranças são as retrospectivas de fim de ano. Esses programas têm o objetivo de lembrar às pessoas o que ocorreu de importante naquele período de tempo. Ou seja, é o jornalismo, mais uma vez, selecionando os fatos que valem a pena serem memorizados. No próximo capítulo, abordaremos como essa função-memória dos meios de comunicação está sendo alterada pelo bombardeamento de notícias característico dos tempos velozes atuais.

4. O jornalismo em tempos de mídia digital e a falácia da informação

*No plano cotidiano, das pequenas frases do dia-a-dia,
das saudações e dos cumprimentos, da conversa na hora do café,
em suma, em todas essas situações, falamos, repetimos as mesmas frases,
fazemos as mesmas perguntas. Estamos todos mudos,
apenas pronunciando repetidamente,
viciosamente, as mesmas falas.
Em verdade, quase não falamos nada.*
(Ciro Marcondes Filho)

Conforme discutimos nos primeiros dois capítulos, o advento das mídias digitais, junto com o desenvolvimento do capitalismo, provocou, simultaneamente, uma aceleração nos fluxos de informação e uma ampliação na capacidade de armazenamento de dados. Essas mudanças tiveram consequências comportamentais para a população, como, por exemplo, a ampliação da “mania arquivística”, e alteraram também a produção jornalística – objeto de estudo principal deste trabalho de conclusão de curso – que hoje tem como seu principal valor a velocidade. Nesta última parte, a intenção é agregar os pontos trabalhados previamente nesta monografia de modo a tentar entender os desdobramentos desse novo *modus operandi* jornalístico para a outra ponta do processo comunicativo, a recepção.

Sem dúvida, as mudanças operadas no jornalismo tal qual é produzido hoje na maioria dos veículos de grande expressão estão relacionadas com a questão do tempo. Embora a aceleração dos processos seja permitida pelas ferramentas introduzidas pelas novas tecnologias, a obrigatoriedade de usá-las para criar uma sucessão ritmicamente veloz de notícias é uma exigência da nova temporalidade em que a vida se desenvolve hoje. “Em um mundo posto em rede técnica, modifica-se profundamente a experiência habitual do tempo, a da ordem temporal sucessiva, dando lugar à simultaneidade e à hibridização.” (SODRÉ, 2009, p. 101). Nas palavras de Marilena Chauí (2006):

A fragmentação e a globalização da produção econômica engendram dois fenômenos contrários e simultâneos: de um lado a fragmentação e a dispersão espacial e temporal e, de outro, sob os efeitos das tecnologias eletrônicas e de informação, a compressão do espaço – tudo se passa ‘aqui’, sem distâncias, diferenças nem fronteiras – e a compressão do tempo – tudo se passa ‘agora’ sem passado e sem futuro. (CHAUÍ, 2006, p. 33)

Vivemos somente pensando no agora. Tiago Quiroga (In MOUILLAUD &

DAYRELL PORTO, 2012) chama de tempo pós-moderno este que experimentamos atualmente. O futuro deixa de ser a instância desejada, isto é, sobre a qual se planeja a vida, pois, sob a égide da tecnologia, se vive agora um presente contínuo. “A forma visível do processo remonta à aceleração exponencial do tempo que, calcada na tipologia do ‘tempo real’, torna a experiência temporal uma sucessão contínua e veloz de instantes sem densidade.” (QUIROGA In MOUILLAUD & DAYRELL PORTO, 2012, p. 382).

A influência do mercado capitalista global também é inegável. Nesta etapa do capitalismo, as trocas são feitas, conforme a lógica digital, virtualmente e em tempo real, e há grande valorização do conhecimento, como “bem de maior valor e que integra com mais intensidade o sistema de trocas simbólicas (BOURDIEU *apud* LOPEZ, 1999)²³. Portanto, inserida na “Sociedade da Informação”, em que o mundo todo se conecta em um clique, torna-se necessário que os relatos jornalísticos também acompanhem essa instantaneidade.

Além disso, é preciso considerar que o jornalismo também é um negócio e, portanto, vai tomar as atitudes necessárias para aumentar a lucratividade de suas atividades. É neste amplo contexto que se insere a exigência da produção incessante e imediata de notícias atualmente.

No meio eletrônico-digital, a atualização dos conteúdos acontece de maneira constante, não há *deadline* estabelecido. Em qualquer momento, na medida em que as novas informações ou acontecimentos vão sendo produzidos, pode-se disponibilizar algo novo. Esta renovação contínua tem a intenção de manter o leitor/internauta mais tempo dentro de determinado site, entretido em suas páginas e links e recebendo informação nova. (BARBOSA *apud* SIGNATES In MOUILLAUD & DAYRELL PORTO, 2012, p. 439)

Em teoria, a possibilidade de acesso a mais informação em menos tempo é benéfica, visto também que o jornalismo na web conta com a função memória, que permite buscar com facilidade matérias antigas armazenadas no banco de dados dos sites de notícias. Por outro lado, essa orientação produz um “fluxo inflacionário” de acontecimentos, o que leva a um “cancelamento mútuo: todos os fatos são acontecimentos e, ao mesmo tempo, nenhum o é efetivamente”. (QUIROGA In MOUILLAUD & DAYRELL PORTO, 2012, p. 382). Em meio a uma quantidade de informação tão grande, o público fica, nas palavras de Gabriela Nora (2010), narcotizado e perde a capacidade de apreender os aspectos relevantes da notícia.

²³ Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/283/276> Acesso em: 25/11/2015.

Fazendo um paralelo com o que foi estudado no segundo capítulo, o fluxo de notícias intenso pode superar o limite da nossa memória e, portanto, não conseguimos assimilar todas as informações que recebemos. E, se não houver um fator externo que a ative, de nada adianta guardar, porque será como um amontoado de arquivos mortos. Mas, por estar dopado com a sucessão veloz de notícias, o público terá mais dificuldade de encontrar esse nexo de sentido entre as notícias, portando-se passivamente diante das novidades. Colombo (1991) argumenta que o excesso de informação tem efeitos perversos de estagnação, muito mais do que de ação reflexiva. Na mesma linha, Paul Virilio (*apud* SODRÉ, 2009) sugere que o imediatismo não deixa espaço suficiente para avaliar a experiência e, logo, conectar-se com o que está acontecendo e estabelecer paralelos com outros fatos importantes.

Outro efeito da obsessão pela atualização contínua de notícias é a mudança dos critérios de pontuação rítmica do real, ideia que pode ser expressa na frase de Alberto Dines “Jornalistas marcam tempo, verdadeiros ritmistas” (DINES *apud* NORA, 2010, p. 61). Essa afirmação resume o conceito formulado por Muniz Sodré (2009), que estabelece que os acontecimentos jornalísticos periodizam o tempo social. Para ilustrar essa ideia, Sodré usa a seguinte metáfora: “A notícia corresponde na escrita jornalística ao grito do mercador em praça pública. Comunica-se, em ‘voz alta’, algo a ser *notado* ou *sinalizado* como marca factual de um instante particular” (SODRÉ, 2009, p. 91). A notícia, portanto, representava um sobressalto na rotina das pessoas, atualmente, no entanto, há uma redução dessa influência na marcação do cotidiano por causa do consumo desatento de notícias.

Além disso, como já discutimos no primeiro capítulo, a lógica de redução máxima entre o ocorrido e seu relato encurtou o período produtivo, prejudicando, muitas vezes, o trabalho do jornalista, que precisa a todo instante publicar novidades. Essa pressão temporal determina uma configuração de notícias curtas, fragmentárias e superficiais. Dênis de Moraes (*apud* NORA, 2010) sugere que o objetivo é nos convencer que perdemos em profundidade de informação, mas ganhamos em quantidade. “Nada pode escapar e tudo deve ser apreendido o mais depressa possível. Daí a necessidade de fragmentar o real, de subdividi-lo tantas vezes quantas forem necessárias para facilitar o fluxo contínuo e veloz de dados e mensagens.” (MORAES *apud* NORA, 2010, p. 28).

Com essa produção fragmentária e meramente declaratória, os jornalistas acostumam a população a receber informação de baixa qualidade e dificultam ainda mais a ação reflexiva e o processo de assimilação do conteúdo, porque os fatos são apresentados

de forma desconexa. Dessa maneira, é mais complicado compreender as relações entre os eventos que se desenrolam em uma sociedade. Gabriela Nora alerta que essa cultura fragmentária do jornalismo traz “prejuízos aos encadeamentos de causa e efeito e à contextualização dos fatos sociais” (NORA, 2010, p. 45). Dessa forma, como afirma Muniz Sodré (2009), não estamos vivendo em uma sociedade da informação, mas na sociedade dos dados, dados esses não codificados. No entanto, o grande número de manchetes que temos contato durante o dia, nos dá a falsa impressão que estamos bem informados, mas, sabemos pouco e de forma superficial de muita coisa.

É o que Robert Ezra Park (*apud* QUIROGA In MOUILLAUD & DAYRELL PORTO, 2012), da Escola de Chicago, chamaria de familiaridade com o assunto. Ele divide o conhecimento jornalístico em dois níveis de profundidade, o já citado *acquaintance with* (familiaridade com) e *knowledge about* (saber sobre), que definiria uma notícia mais analítica e sistemática. O tipo de notícia em voga hoje, principalmente nos meios digitais, apenas nos permite familiaridade com o assunto. As coberturas diárias se restringem somente à factualidade do assunto retratado e raramente o relacionam com outros aspectos da sociedade ou explicam seus antecedentes.

Isto é claro na cobertura policial diária, por exemplo. Todos os dias os veículos reportam tiroteios, operações policiais, mortes, prisões por porte ou por venda de entorpecentes, mas poucas vezes discutem o real problema da segurança pública no Rio de Janeiro ou mesmo no Brasil. E essa falta de contextualização prejudica muito a recepção das informações. Tudo é tratado como se não estivesse ligado, como se fossem acontecimentos desconexos e pontuais, dificultando uma ação reflexiva pelo público, que permita que ele seja um agente transformador da sociedade.

Olhando por outro lado, se poderia dizer que, embora falte contextualização dentro da matéria jornalística, esses nexos podem ser realizados pelo uso de hiperlinks, no caso de sites de notícias. Dessa maneira, o leitor, enquanto lê a reportagem, pode ir abrindo outras páginas, em que haja material para complementar o assunto tratado. Por exemplo, em uma matéria que trate de um episódio de auto de resistência cometidos por policiais militares, seria possível que os links indicassem não só outros ocorridos semelhantes, mas a contextualização histórica do assunto, pesquisas com números e indicativos, outros relatos de abusos da PM ou mesmo um texto que compare a questão policial no Brasil e em outros países.

Mas raramente os hiperlinks são usados de maneira tão ampla. Normalmente, eles

apontam apenas para reportagens recentes sobre o mesmo assunto que, muitas vezes, já estão resumidas – ou repetidas – na notícia mais atual. É possível ainda recuperar o argumento usado no capítulo anterior para explicar como os bancos de dados não substituem a memória humana, porque a busca de conhecimento por palavras-chave limita nosso conhecimento, pois não nos dá acesso ao conteúdo de forma global. É também o que Gabriela Nora quer dizer quando se questiona se “são os links capazes de substituir as conexões, o embasamento e a complementação do noticiário, feitos, tal como proposto por Dines, por um jornalista ‘zeloso’?” (NORA, 2010, p. 70)

Outro ponto que também não podemos deixar de considerar neste trabalho é que as novas tecnologias elevaram o processo comunicacional a um novo parâmetro. De artifício, a comunicação passa a funcionar como uma “nova natureza”, que rege as ações humanas na contemporaneidade. É o que Muniz Sodré chama de bios midiático, no sentido aristotélico do termo, pois, segundo ele, “a mídia [...] é um dispositivo emergente no cruzamento das relações de poder e saber, com tal potência de criação virtual de mundos [...]” (SODRÉ, 2009, p. 112). No entendimento do autor, com o advento da mídia digital, a comunicação deixou de ser uma ferramenta para tornar-se uma ambiência, produzindo uma nova realidade, que embora calcada em mecanismos virtuais, convive e interfere, com leis e códigos, no mundo real e altera os modos de perceber, pensar e agir da população.

Nossa atualidade seria, portanto, marcada pela tecnocultura mercadológica de simulacros virtuais em que “o indivíduo é solicitado a viver muito pouco autorreflexivamente no interior das tecnointerações, cujo horizonte comunicacional é a interatividade absoluta ou a conectividade permanente (SODRÉ *apud* QUIROGA In MOUILLAUD & DAYRELL PORTO, 2012, p. 386)

Neste novo ambiente, a interatividade passa a ser um valor fundamental, conforme aponta Debora Cristina López: “os novos media e a comunicação trazem uma nova concepção para o jornalismo, que passa a ser pensado como um campo de interação e proximidade com o interlocutor” (LÓPEZ, 2006)²⁴ Dessa maneira, além dos canais mais abertos de participação do público, como seção de comentários, disponibilização de e-mails ou participação por *Facebook*, *Whatsapp* e *Twitter*, se intensificou o destaque a informações da ordem do efeitos afetivos e emocionais.

Em contraposição, as notícias que visam formação cidadã vêm sendo deixadas de lado. A informação é considerada de suma importância para participação ativa na vida em

²⁴ Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/283/276> Acesso em: 25/11/2015

sociedade, já que, através desse conhecimento, compreende-se o que está acontecendo e, com base nisto, toma-se decisões. Gabriela Nora afirma que esse movimento se torna impossível na medida em que os meios de comunicação, ao somente pontuar fatos em vez de acompanhar acontecimentos, que são fenômenos maiores que ocorrem na atualidade, não dão condições à população de decifrar o momento que estão vivendo. Barbero define o novo modelo de produção jornalística é feito de “textos curtos e em carreira suicida” e que “não nos conecta com nada”, o que configuraria um “presente autista”. (BARBERO *apud* NORA, 2010, p. 40)

Em nosso caso, nos remetemos especificamente à emergência de um jornalismo de rebatimento que migra, sobretudo, por decisões econômicas, do modelo analítico-investigativo para o modelo de refração, em que a notícia é cada vez mais resultado do hábito de replicar o que já foi dito num determinado conjunto de meios hegemônicos de comunicação. (QUIROGA In MOUILLAUD & DAYRELL PORTO, 2012, p. 375)

Sem se conectar com o que acontece no presente da sociedade em que vivemos, deixamos também de nos conectar com nossos semelhantes. Tiago Quiroga destaca que a função de alteridade da notícia em sua concepção moderna tampouco interessa à contemporaneidade devido ao “fluxo amorfo de tempo e espaço” em que se toma conhecimento dos acontecimentos. O problema é que a noção do outro, a curiosidade pela vida dos nossos semelhantes, nos ajudam a construir nossa própria identidade. Tal como o processo jornalístico está organizado hoje, isso não é possível, diluindo a experiência de interioridade.

Combinando o comprometimento da imprensa de apenas pontuar os fatos sem discutir suas causas com o fluxo intenso de notícias que provoca um cancelamento mútuo dos acontecimentos, é possível entender a postura atual tão apática da população em relação ao mundo. Isto se observa na falta de indignação com a morte de inocentes, como, por exemplo, no caso do assassinato brutal dos cinco jovens por policiais, que dispararam mais de 60 tiros contra o carro em que estavam as vítimas, em Costa Barros, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Ou então na falta de mobilização política, tanto a favor quanto contrária, em relação ao processo de impeachment contra a presidente Dilma, aberto recentemente pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, ele próprio supostamente envolvido nos escândalos de corrupção na Petrobras investigados pela Operação Lava-jato.

O exagero de estímulo nas páginas de notícias ou nas redes sociais, no entanto, cria uma catarse coletiva, que pode ser positiva em alguns momentos, permitindo que as

pessoas se atentem para a gravidade de alguns fatos. Um exemplo é uso da internet para dar visibilidade às causas de grupos sociais minoritários, como os movimentos negro, gay, feminista, dentre outras causas. Já que a grande imprensa sempre esteve “politicamente comprometida com o status quo universal” (SODRÉ, 2009, p. 13), esse espaço é, para muitos grupos, um dos primeiros lugares de fala a que tiveram oportunidade de se expressar ou, ao menos, o mais democrático e de fácil acesso. Sodré destaca que a rede proporciona uma “[...] oportunidade historicamente inédita para que individualidades cerceadas por regimes ditatoriais ou por estados de guerra relatem em seus blogs: tragédias, pessoais ou coletivas, que dificilmente ocupam o espaço da mídia corporativa.” (SODRÉ, 2009, p. 106-107). No caso, complementando, mesmo dentro de Estados democráticos e em tempos de paz.

Esse exemplo demonstra outra novidade positiva que a internet trouxe para o jornalismo: um maior equilíbrio entre produtores e os receptores tradicionais de informação. O público, antes acostumado a só receber as mensagens, munido de um computador – ou mesmo smartphone – conectado à web pode ser também agora fonte emissora. Hoje é possível que uma pessoa ordinária – no sentido de não jornalista – testemunhe algum acontecimento e, por meio das redes sociais ou em um blog, reporte o acontecido em texto, áudio, foto ou vídeo. Logo, essa publicação pode ser lida e compartilhada por outras várias pessoas e, talvez, chegue a um veículo de notícias. O público agora é capaz de pautar acontecimentos.

Antonio García Gutiérrez também é do time que acredita no potencial transformador das novas tecnologias de comunicação. Em seu livro “Otra memoria es posible”, o espanhol transmite sua crença otimista de que a internet, mesmo sendo uma invenção do poder estabelecido, pode ser uma ferramenta que permita aos povos construir uma memória em que sejam protagonistas, em contraposição à história tradicional, que exalta grandes líderes e personalidades. “Talvez, na rede digital, o ser humano esteja, pela primeira vez, em condições de ‘recuperar’ sua memória. Esse, e não o que nos vendem o neoliberalismo e os poderes políticos europeus, é o verdadeiro trem da ‘sociedade da informação’ que não podemos perder.” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2004, p. 64)²⁵

²⁵ Tradução da autora. Trecho original: “Y, tal vez, en la red digital, el ser humano esté, por primera vez, en condiciones de ‘recuperar’ su memoria. Ése, y no el que nos venden el neoliberalismo y los poderes políticos europeos, es el verdadero tren de la ‘sociedad de la información’ que no debemos perder” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2004, 64)

Fato é que realmente torna-se necessário pensar sobre outras formas de construção de memória no contexto atual, já que o papel do jornalismo vem sendo altamente prejudicado pela lógica do fluxo intenso de notícias. Como foi pontuado no segundo capítulo, essa prática profissional é um dos principais agentes de enquadramento da memória coletiva na contemporaneidade. Seu relato objetivo da realidade presente e sua capacidade de influenciar o surgimento de discussões na sociedade, por meio da sua própria lógica de seleção de que assuntos serão notícias, ajuda a determinar também a relevância desses temas no futuro. Então, se hoje a sociedade observa passiva, no sentido de pouco reflexiva, o conjunto de notícias, os temas não geram mobilização e, por conseguinte, não se perpetuam na memória da sociedade.

Além disso, outro ponto que merece preocupação é o próprio conteúdo dessas lembranças influenciadas pela produção jornalística atual, pois o discurso fragmentário das matérias poderia levar a uma recordação também fragmentária, portanto, pouco útil sobre o período vivido. Essa questão torna-se ainda mais alarmante quando consideramos o papel da memória na formação da identidade de um grupo ou de um indivíduo, como explica Andreas Huyssen: “como indivíduos e sociedades, precisamos do passado para construir e ancorar nossas identidades e alimentar uma visão de futuro” (HUYSEN, 2000, p. 67). A perda de referência para o reconhecimento de uma coletividade é, portanto, outro ponto que mostra as fragilidades e os efeitos negativos do hipervalorização da velocidade no jornalismo atual.

Diante dos fatos apresentados, conclui-se que a forma que o jornalismo é produzido atualmente nos veículos tradicionais de imprensa, na rede e fora dela, causam diversos prejuízos para a vida das pessoas. É claro que o objetivo aqui não é negar todos os benefícios que a internet trouxe para a sociedade contemporânea em matéria de acesso à informação e conexão com o mundo. Mas sim criticar os usos que o jornalismo tem feito das ferramentas que essa tecnologia disponibiliza. Da maneira que vem sendo praticada, essa atividade está ampliando os fluxos de informação de tal maneira que se torna impossível a manipulação, a compreensão e a produção de sentido pelos indivíduos. E isto é altamente preocupante visto que, em princípio, a notícia tem o papel de aproximar as pessoas de seus semelhantes e de seu mundo, dando instrumentos e cobrando práticas dos poderes para a vida harmoniosa em sociedade.

Para reverter esse quadro, é necessário justamente, utilizando a nomenclatura de Robert Ezra Park, que as notícias constituam um “saber sobre” os fatos, isto é, que se

invista em produção de conteúdo mais analítico, conforme Sodré indica: “o jornalismo, frente à profusão das fontes informativas nas novas tecnologias da comunicação, deve orientar-se pela produção de um conhecimento de fato mais sistemático.” (SODRÉ, 2009, p. 53) Assim, é preciso que haja espaço na mídia para matérias mais longas que abordem as causas e precedentes dos fatos e para traçar possíveis consequências, na tentativa de complementar as notas rápidas e fugazes e ajudar a sociedade a decifrar o amontoado de dados existentes e a compreender a realidade a seu redor.

Não se pretende, desta maneira, supor o fim deste modelo hoje praticado de atualização contínua do conteúdo, tão caro aos interesses do mercado – tanto de uma maneira geral quanto da próprio negócio jornalístico. Até porque a temporalidade fugaz em que vivemos exige a pontuação dos acontecimentos. Mas é necessário um contraponto, pois “um jornalismo que não consiga ultrapassar, ainda que minimamente, a aparência das coisas, não possui outro papel além da tão criticada ratificação declaratória da realidade. Jornalista é, acima de tudo, o intérprete qualificado de uma realidade que deve ser contextualizada, reproduzida e compreendida nas suas relações de causalidade e condicionamento históricos.” (SODRÉ & PAIVA, 2005, p. 100)

5. Conclusão

A exemplo do que ocorreu à época da invenção do rádio e da televisão, o advento da internet provocou mudanças na atividade jornalística. Sem a pretensão de ser uma análise conclusiva, este trabalho teve a intenção de discorrer sobre esse novo cenário imposto pelas mídias digitais, observando tanto a cadeia produtiva quanto a recepção imediata das notícias pelo público. Também foi uma preocupação do trabalho alertar para os possíveis efeitos deste novo modelo informativo para a formação da memória coletiva, já que o jornalismo é um dos principais agentes de seleção dos fatos que farão parte do arcabouço mnemônico de determinada sociedade no futuro.

A primeira constatação do trabalho foi que, embora seja fenômeno relativamente recente, já é possível afirmar que, sem prejuízo de observação a outras consequências, as novas tecnologias digitais alteraram significativamente a relação entre tempo e jornalismo. Apesar do critério de atualidade sempre ter sido inerente à prática desta atividade, vivemos hoje sob a lógica dos fluxos de dados e conexões instantâneas e, portanto, da aceleração exacerbada da noção de tempo. Influenciado por este contexto e pelas exigências impostas pela lógica do capitalismo na sociedade da informação, o jornalismo passa a supervalorizar a velocidade como critério definidor da qualidade de um relato ou veículo noticioso.

Dessa forma, a pressão do tempo, já usual no trabalho do repórter, se amplifica, causando problemas na etapa de produção da notícia e de veiculação de notícias. Com o objetivo de reduzir ao máximo a distância entre acontecimento e publicação da notícia, aludindo à noção de tempo real, o jornalista, muitas vezes, precisa abrir mão da checagem detalhada e atenta das informações, incorrendo em erros de apuração ou mesmo de escrita, e seu trabalho se torna mais dependendo do conteúdo de agências de notícias ou mesmo de outros veículos de informação. Outra consequência mais grave ainda é o tratamento superficial com que os fatos acabam sendo apresentados para satisfazer a lógica da velocidade. Todas essas ações criam um panorama geral de homogeneidade de coberturas entre as diferentes redações, isto é, não há mais ou há insignificante diferença entre as abordagens dos veículos de notícia. Basicamente, todos cobrem os mesmos fatos, destacam os mesmos pontos, consultam as mesmas fontes, em suma, dizem a mesma coisa.

Claramente essa nova postura jornalística vai influenciar o modo que as pessoas vão consumir o conteúdo noticioso. A falta de contextualização das notícias e o próprio imediatismo dificulta a apreensão pela população das questões e problemas abordados. Neste ponto, a hipótese era que o crescimento da quantidade de matérias jornalísticas não

significa, necessariamente, que a população está ou ficará mais informada sobre os assuntos de interesse público. Essa suposição está baseada na concepção de informação como algo que envolva produção de sentidos. Em outras palavras, o que se quis mostrar é que, embora a internet possibilite maior publicação de notícias e, portanto, maior contato da população com o material jornalístico, isto não se reflete em um maior conhecimento sobre a cotidianidade do mundo em que vivemos, dificultando a proposição de mudanças na realidade social.

No que tange à questão da memória, conclui-se que sua formação também foi prejudicada pelo bombardeio informativo atual. Como foi apresentado no decorrer do trabalho, a produção de lembranças pressupõe um trabalho de definição dos fatos que devem ser considerados relevantes para vida no futuro. A escolha desses marcos tem, hoje, o jornalismo como agente fundamental, porque, segundo a teoria do agendamento, essa atividade tem o poder de pautar, por meio da escolha do que será noticiado, os assuntos que vão ter repercussão na sociedade. Mas, com o fluxo inflacionário de notícias e a conseqüente passividade da população, essa função fica limitada. Além disso, o discurso fragmentário das notícias levariam à uma recordação também fragmentária sobre o período vivido.

Por fim, cabe ressaltar que, como trabalho de conclusão de curso de graduação, se reconhece que a análise realizada foi pontual e limitada a algumas questões e que o assunto abordado permite inúmeras outras abordagens. A pesquisa na linha de novas narrativas jornalísticas na rede, por exemplo, também está dentro do escopo das mudanças trazidas pelo uso das mídias digitais no jornalismo. A discussão desse tema é interessante até como forma de complementação às ideias desenvolvidas nesta monografia, já que pode representar uma alternativa ao modelo amplamente difundido na imprensa atual de publicação contínua e veloz de notas pouco relevantes para a vida em sociedade.

6. Referências

6.1. Bibliografia

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BRAGANÇA, Aníbal. **A transmissão do saber, a educação e a edição de livros escolares**. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 553-563

BRUNS, Axels. *Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o Jornalismo*. In: IX Encontro Anual dos Pesquisadores em Jornalismo, 2011, Rio de Janeiro. Anais do IX Encontro Anual dos Pesquisadores em Jornalismo, 2011.

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/69435597/Marilena-Chauí-Simulacro-e-Poder#scribd>. Acesso em: 15/11/2015.

COLOMBO, Fausto. *Os arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. *Otra memoria es posible: estrategias descolonizadoras del archivo mundial*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2004.

HUYSEN, Andreas. *Memórias do modernismo*. Tradução: Patrícia Farias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. *Seduzidos pela memória*. Tradução: Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LÓPEZ, Debora Cristina. *Sociedade da Informação e Jornalismo: campos de interação e intervenção*. *Eptic*. São Cristóvão. vol. 8, n. 2, maio-agosto 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/283/276>

MORAES, Dênis. **A tirania do fugaz: mercantilização cultural e saturação midiática**. In: MORAES, Dênis de (org.). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 33-49. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/moraes-denis-a-tirania-do-fugaz-mercantilizacao-cultural-e-saturacao.html>

MORETZSOHN, Sylvia. *A velocidade como fetiche: o discurso jornalístico na era do 'tempo real'*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Niterói: UFF, 2000. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylviavelocidade-jornalismo-3.html>

MOULLIAUD, Maurice; DAYRELL PORTO, Sérgio. (org) *O jornal: da forma ao sentido*. Tradução: Sergio Grossi Porto. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história – os lugares da memória.** *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 1-178, dezembro de 1993. P. 7-28.

NORA, Gabriela. “*O curioso caso do jornalismo impresso*”. *Considerações sobre tempo e jornalismo na era digital*. 03/03/2010. 123 p., Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

PAIVA, Raquel. *Histeria na mídia: a simulação da sexualidade na era digital*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio.** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

_____. **Memória e Identidade Social.** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

RAMONET, Ignacio. *A Tirania da Comunicação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **A mídia e o lugar da história.** In: HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *Mídia, memória & celebridades*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BRASILIENSE, Danielle. **Memória e Narrativa Jornalística.** In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lúcia Maria Alves. *Mídia e Memória: a produção de sentido nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução: Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHUDSON, Michael. *Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Tradução: Denise Jardim Duarte. Petrópolis: Vozes, 2010.

SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **Sobre o facto e o acontecimento.** *Trajectos*, Lisboa, n. 6, 2005. p. 95-1000

WEBER, Max. **Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa.** *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Santa Catarina, vol. 2, n. 1, 1º semestre de 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2084/1825>

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença, 1999. Disponível em: http://jornalismoufma.xpg.uol.com.br/arquivos/mauro_wolf_teorias_da_comunicacao.pdf. Acesso em:

ZAGO, Gabriela. *Erros, Repetições e Homogeneidade no Jornalismo Online Brasileiro*. In: Intercom, 30, 2007. Santos. Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, Unisanta/Unisantos/Unimonte, 29 de agosto a 02 de setembro de 2007. São Paulo: Intercom, 2007.

ZILBERMAN, Regina. Memória entre oralidade e escrita. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 117-132, setembro, 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/621/452>

6.2. Páginas da Web:

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/>

TECNOTUDO: <http://www.techtudo.com.br/>